

**CENTRO UNIVERSITÁRIO CURITIBA
FACULDADE DE DIREITO DE CURITIBA**

FERNANDA LUCENA MUNHOZ

**HOLOCAUSTO: A IDENTIFICAÇÃO DE ASPECTOS MANIFESTADAMENTE
MODERNOS**

**CURITIBA
2018**

FERNANDA LUCENA MUNHOZ

**HOLOCAUSTO: A IDENTIFICAÇÃO DE ASPECTOS MANIFESTADAMENTE
MODERNOS**

**Monografia apresentada como requisito parcial à
obtenção do grau de Bacharel em Direito, do
Centro Universitário Curitiba.**

Orientadora: Prof. Ma. Marion Bach

**CURITIBA
2018**

FERNANDA LUCENA MUNHOZ

**HOLOCAUSTO: A IDENTIFICAÇÃO DE ASPECTOS MANIFESTADAMENTE
MODERNOS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em
Direito da Faculdade de Direito de Curitiba, pela Banca Examinadora formada pelos
professores:

Orientador: _____

Prof. Membro da Banca

Curitiba, de de 2018.

“... o homem, à noite, através da vida, deixa que o sonho lhe minta, sem que seu sentimento moral jamais tentasse impedi-lo; no entanto, deve haver homens que, pela força de vontade, deixam de roncar.”
(FRIEDRICH WILHELM NIETZSCHE)

AGRADECIMENTOS

À minha querida família, por todo o amor e carinho recebido – serei eternamente grata à Deus por tê-los em minha vida.

À professora Marion Bach, por ter aceitado me orientar nesta pesquisa e ter me ajudado nesta importante etapa da vida acadêmica sempre com muito zelo e gentileza.

Ao professor examinador, por aceitar o convite para participar da banca desta monografia.

RESUMO

A presente monografia acadêmica terá como objetivo principal identificar e analisar os fatores presentes nas sociedades modernas que permitiram a efetivação de um dos maiores genocídios do século XX, qual seja, o Holocausto. Para isso, primeiramente, será estudada a sociedade totalitária nazista e a ingerência do nacional-socialismo sob os diversos campos da vida social dos cidadãos alemães, com especial ênfase na força da propaganda antissemita como instrumento na disseminação da ideia de uma conspiração judaica internacional, utilizada no contexto da Segunda Guerra Mundial, e na efetivação dos planos da Solução Final. Em seguida, o estudo identificará como a divisão burocrática do trabalho e a consequente produção da responsabilidade flutuante e objetificação das vítimas, bem como os planos de engenharia social como forma de obtenção da sociedade perfeita, foram as ferramentas modernas propriamente ditas que viabilizaram a realização do genocídio de maneira tão singular. Tal tema foi aprofundado pelo sociólogo Zygmunt Bauman, que apontou tais fatores como extremamente ordinários e capazes de ainda existirem separadamente nas sociedades atuais, motivo pelo qual se objetiva demonstrar, por fim, a relevância da presente análise como forma de evitar a repetição de episódios aterradores iguais o ocorrido aos judeus durante o regime nazista.

Palavras-chave: Holocausto, aspectos modernos, análise sociológica.

SUMÁRIO

RESUMO	6
1 INTRODUÇÃO	9
2 A SOCIEDADE NAZISTA	12
2.1 CONTEXTO HISTÓRICO EUROPEU.....	12
2.2 A FORMAÇÃO E ASCENSÃO AO PODER DO PARTIDO NAZISTA	14
2.3 O GOVERNO DAS MASSAS E A FORÇA DA PROPAGANDA NAZISTA	18
2.4 CONTORNOS DA TRADIÇÃO ANTISSEMITA EUROPEIA.....	24
2.5 O ANTISSEMITISMO E A PROPAGANDA ANTISSEMITA NO III <i>REICH</i>	26
2.6 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL	30
2.7 A CONSPIRAÇÃO JUDAICA INTERNACIONAL E A SOLUÇÃO FINAL.....	35
3 ASPECTOS MODERNOS QUE PERMITIRAM A EFETIVAÇÃO DO HOLOCAUSTO	39
3.1 O USO DO APARELHO BUROCRÁTICO	40
3.1.1 A ausência de Avaliação Moral da Conduta	42
3.1.2 A produção do distanciamento das vítimas	45
3.1.3 As constatações de Milgram	46
3.2 O PLANEJAMENTO SOCIAL E O MONOPÓLIO DOS MEIOS DE VIOLÊNCIA.....	50
4 CONCLUSÃO	57
REFERÊNCIAS	61
BIBLIOGRAFIA	62

1 INTRODUÇÃO

Para simplificar a questão na tentativa de esboçar a problemática, pode-se afirmar que a relevância do Holocausto vem sendo diminuída com o passar do tempo. O julgamento dos responsáveis no Tribunal Militar Internacional em Nuremberg, ou até mesmo de Otto Adolf Eichmann em Jerusalém, enunciaram um sentimento de dever cumprido dos países Aliados para com a humanidade, de modo que assim se pôde findar a procura pelas causas do genocídio judeu.

Dessa forma, o Holocausto e seus motivos ficaram confinados ao passado, e como tal, limitados a um espaço de tempo que não guarda relação com as sociedades atuais. Seu estudo ficou restrito aos livros acadêmicos ou as áreas especializadas de pesquisa, o que não incentiva o público em geral a fazer uma análise mais profunda do tema, disseminado a ideia de que o Holocausto foi uma fatalidade ocorrida no século passado a uma população dominada pela desvairada ideologia nazista.

Atualmente desdenhamos a possibilidade de reiteração de um genocídio terrificante com as mesmas proporções, acreditamos estar sortidos por instituições sólidas e recursos suficientes para condenar e combater a violência e crueldade, de forma que não temos dúvida acerca da nossa segurança, pois contra os inimigos somos sempre vigilantes.

Com efeito, o que nos escapa a análise é o fato do Holocausto ter revelado um outro lado da nossa sociedade – cujo lado mais conhecido tanto admiramos pela superioridade de nossa evolução civilizatória. Ele trouxe à luz aspectos da sociedade moderna que ainda não tínhamos conhecimento. Principalmente, veio escancarar que o processo civilizador não foi capaz de impedir tamanha atrocidade.

Essa realidade encaixa-se simetricamente às ideias sistematizadas por Zygmunt Bauman, quando afirma que sem a modernidade e os instrumentos por ela oferecidos não seria possível efetivar o Holocausto da maneira como foi sucedido. Assim, os fatores responsáveis pelo extermínio são exclusivamente modernos, e isoladamente ainda podem estar presentes nas sociedades atuais, haja vista que somente a combinação dos fatores é rara – e não estes isoladamente considerados.

Dessa maneira, a pesquisa visa expor a relevância de uma análise mais profunda do tema, como forma de prevenir a reiteração de episódios que

desrespeitam os direitos humanos em um Estado democrático de direito, uma vez que as garantias de todos os cidadãos são cláusulas pétreas que devem prosperar independentemente da ideologia política que governa um Estado.

A abordagem do tema visa, principalmente, identificar e analisar quais foram os fatores presentes nas sociedades modernas que permitiram a consecução do Holocausto. Nessa linha, pretende-se minuciar, primeiramente, os principais contornos da sociedade nazista.

Será necessária uma regressão teórica à diversos autores que discorreram acerca dessa sociedade, sobretudo a partir da visão de Hannah Arendt. Segundo a autora, o regime totalitário nazista visava uma dominação de todos os campos da vida social do indivíduo, por este motivo, se distinguiu de todos os outros movimentos autoritários que atravessavam a Europa à época.

Analisar-se-á, também, a tradição antissemita europeia, e como o nacional-socialismo usou o imenso aparelho propagandístico para aprofundar o abismo já existente entre o povo judeu e o alemão.

Em seguida, será procedido um breve exame da política externa nazista durante a Segunda Guerra Mundial. Apesar de não ser o principal tema elencado no estudo, está inegavelmente inserido no contexto da Alemanha nazista, uma vez que o governo se aproveitou diversas vezes das circunstâncias beligeras para lançar a ideia de uma conspiração judaica internacional, conquistar o *Lebensraum* (espaço vital) e efetivar os planos da Solução Final.

Após essa análise, poderá ser abordado o conteúdo propriamente dito, no qual serão identificados cada um dos fatores modernos responsáveis pela efetivação do Holocausto.

Em síntese, a pesquisa relatará o papel da burocracia na consecução do extermínio, principalmente por meio da divisão funcional do trabalho, como maneira de atingir a máxima eficiência na administração pública. Será feita uma análise de como esse modo de ação racional moderno mascarou o resultado longínquo do processo de ação, auxiliando na produção do extermínio em massa pelas mãos de pessoas inocentes, através da substituição da responsabilidade moral pela técnica, bem como da produção do distanciamento das vítimas – vistas como simples objetos burocráticos e não como seres humanos.

Ato contínuo, aspira-se demonstrar como a burocracia especializada foi fundamental para o sucesso das tarefas genocidas, sobretudo se for considerado

que o governo nazista exercia o monopólio de todo o aparelho burocrático, de modo que os judeus – objetos burocráticos – encontravam-se dentro da esfera de competência estatal, ficando completamente isolados, haja vista todas as outras instituições serem controladas pelo poder político estatal ou estarem ligadas a ele.

O que nos leva ao desenvolvimento do último tópico, o qual suceder-se-á um estudo de como a concentração do poder nas mãos do Estado – sobre a prerrogativa de erradicar a violência e pacificar a vida cotidiana – não apresentou efetiva salvaguarda para as vítimas do Holocausto. Será utilizada, principalmente, as ideias do jurista Eugenio Raúl Zaffaroni, ao afirmar que o poder estatal usa do monopólio dos meios coercitivos para efetivar seus planos de engenharia social e estruturar uma dominação sob os inimigos eleitos, sem que estes tenham chance de defesa.

Em suma, busca-se explicar de modo compreensível que o governo nazista transformou o antissemitismo em politicagem através da ideia de uma conspiração judaica internacional usada no contexto de guerra para efetivar seus planos de construção de uma sociedade perfeita utilizando, para isso, a soberania do poder político e o imenso aparelho burocrático estatal na busca de uma obediência e disciplina dos subordinados à organização, legitimando, assim, o processo de exclusão e extermínio da comunidade judaica.

Todos os fatores acima elencados ocorreram simultaneamente, e serão objeto de análise ao longo do presente estudo. Frisa-se que o tema foi abordado primeiramente por Zygmunt Bauman, como forma de alertar que o processo civilizador não construiu barreiras suficientemente seguras contra os atos de crueldade, na medida que foi capaz de existir juntamente com eles.

Assim sendo, para que haja uma análise efetiva da questão, a metodologia aplicada na presente pesquisa monográfica é meramente explicativa e pretende-se alcançar o objetivo exposto principalmente através do estudo de uma bibliografia variada, envolvendo áreas pertinentes à antropologia, sociologia, história e direito penal, sem dispensar os meios audiovisuais e notícias pertinentes. No entanto, como o assunto é de grande abrangência, de modo algum a presente pesquisa tem a pretensão de exauri-lo.

2 A SOCIEDADE NAZISTA

A relevância do Holocausto, genocídio cometido pelos nazistas contra o povo judaico durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), se limita a posição de destaque nos livros de história, sendo marcado como um dos acontecimentos mais violentos do século XX. Todavia, as barbáries do partido Nacional-Socialista alemão ofuscaram a meticulosidade discursiva que os nazistas utilizaram para justificar suas ações¹.

Os objetivos de Hitler, chefe do partido, foram alcançados ao longo de anos de preparação e treinamento. A tomada do poder político, o avanço sobre as instituições democráticas e o terror ideológico institucionalizado formaram o quadro totalitário mais notável da história europeia.

O aparato propagandístico utilizado doutrinava os cidadãos que faziam parte da *Volksgemeinschaft* (Comunidade do Povo), ao passo que, simultaneamente, discriminava aqueles que não faziam parte do modelo ideal nazista. Os comportamentos eram homogeneizados graças a ilusão das massas que se julgavam partícipes dos rumos políticos do país, assim, o regime obteve êxito ao formar uma sociedade organizada em torno de um partido, sem espaços para questionamentos ou divergências².

O clima de paranoia presente em todo III *Reich*, fez com que a guerra fosse legitimada e, através da conspiração judaica internacional, as massas foram convencidas de que com o genocídio dos judeus desfrutariam dos benefícios de uma população purificada. Assim, não houveram grandes objeções à Solução Final³.

2.1 CONTEXTO HISTÓRICO EUROPEU

Entre os anos de 1871 a 1914, o continente europeu passou por um período denominado a Bela Época, caracterizado por importantes progressos nas esferas tecnológica, científica e democrática, com grandes reformas sociais e considerável

¹HERF, Jeffrey. **Inimigo Judeu**: propaganda nazista durante a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto. Trad. Walter Solon. São Paulo: EDIPRO, 2014, p. 25.

²Ibidem, p. 14.

³Entende-se por Solução Final os planos nazistas de extermínio dos judeus nos campos de concentração.

elevação do padrão de vida da população, era o verdadeiro apogeu da Europa liberal e capitalista.

Por outro lado, ao mesmo tempo que estes progressos eram alcançados, emergiam também antigos rancores, que resultaram em alianças imperialistas e uma violenta corrida armamentista entre as potências europeias.

As paixões nacionalistas, que se difundiam cada vez mais e aguçavam o sentimento de superioridade, atingiram seu ápice através de movimentos como o revanchismo francês⁴, o pan-eslavismo⁵ e o pangermanismo – este último traduzido por um ideal defendido pelos alemães que visavam a formação de um bloco de países de origem germânica, conquistando, para isso, colônias francesas e inglesas.

Aceravam-se por toda a Europa teses racistas, e embora poucos tenham percebido, o sistema estatal europeu estava fracassado. Tais circunstâncias foram fundamentais para a eclosão da Grande Guerra, que marcou o declínio da hegemonia europeia e a ascensão dos Estados Unidos à condição de principal potência mundial.

Aos países derrotados da Europa Central foram impostas duras sanções, que os levaram a passar por graves crises econômicas e sociais nas décadas seguintes. Pode-se afirmar que a semente da Segunda Guerra Mundial foi plantada devido aos resultados desastrosos infligidos a estes países no fim da Grande Guerra.

Desse conflito que assolou a sociedade europeia moderna do século XX, o Tratado de Versalhes, assinado em 28 de junho de 1919, representa a herança mais avultosa para os estudos aqui pretendidos. Nele, a Alemanha foi totalmente responsabilizada pela guerra, e como consequência perdeu 13% de seu território, incluindo suas colônias anteriormente conquistadas e 6 milhões em população⁶, sua força aérea foi extinta e a marinha reduzida, foi proibida a produção de armas e munições, dentre outras sanções muito custosas ao povo germânico.

Neste quadro, a Alemanha do pós-guerra estava envolta em tensões, e como resposta foi instalado um governo republicano – a República de Weimar –, de

⁴O sentimento de revanche do povo francês se desenvolveu por inúmeras razões, mas podemos destacar o fato da França ter sido derrotada pelas tropas de Otto von Bismark, responsável pela unificação alemã, na Guerra Franco-Prussiana, e como sanção, ter perdido as colônias da Alsácia e Lorena, ricas em carvão e minério, duas matérias primas fundamentais às potências industriais do século XIX.

⁵Política estimulada pela Rússia, por meio da qual defendia a união dos povos de origem eslava da Europa Ocidental.

⁶DIEHL, Paula. **Propaganda e Persuasão na Alemanha Nazista**. São Paulo: Annablume, 1996, p. 30.

orientação social-democrata. Contudo, o peso do Tratado, a hiperinflação, as altas taxas de desemprego, as crises que assolaram diversos setores sociais e as disputas pelo poder das esquerdas levaram Weimar – e a tentativa de reconstrução da Alemanha – ao fracasso. Sem um rumo preciso, a primeira república alemã não conseguiu convencer seus opositores, nem mesmo agradar os apoiadores⁷.

2.2 A FORMAÇÃO E ASCENSÃO AO PODER DO PARTIDO NAZISTA

Como alternativa ao cenário alemão, em 1919, foi fundado o Partido dos Trabalhadores Alemães (DAP), direitista, que tinha como preceitos básicos o nacionalismo exacerbado, o antissemitismo, o anticomunismo, antiparlamentarismo e o arianismo – pelo qual uma raça pura deve impor-se como dominante, num pseudodarwinismo que durante a Segunda Guerra Mundial legitimará a luta pelo espaço vital e a existência dos campos de concentração. É neste ano, que Adolf Hitler ingressa ao partido. Um ano mais tarde, o nome é alterado para Partido Nacional-Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), e Hitler, ex-cabo do exército, chega a presidência do partido.

As alvitradas nazistas foram sistematizadas no livro *Mein Kampf*, escrito por Hitler, quando estava na prisão após uma tentativa frustrada de golpe de Estado – o *Putsch* de Munique⁸, no ano de 1923. O livro mais tarde servirá como manual de conduta dos membros do partido nazista.

Com efeito, pode-se afirmar que ao longo da década de 20 cada vez mais os ideais nazistas foram propagados por todo território alemão. Com a queda da bolsa de valores de Nova York, em 1929, o apoio ao Partido foi acentuado, conquistando militares, burgueses, desempregados e a classe média em geral. Nessa esteira, discorre Alcir Lenharo:

A crise alemã acompanhava o movimento da crise geral capitalista desde a queda da Bolsa de Nova York, em outubro de 1929. A recuperação alemã do pós-guerra estivera montada sobre os maciços investimentos norte-americanos e ingleses e sobre uma economia de exportação; com a crise, os capitalistas externos refluíram, as exportações cederam e as

⁷DIEHL, 1996, p. 30-31.

⁸Ou também chamado de Golpe das Cervejarias, o golpe em si não teve grandes dimensões, mas serviu para chamar a atenção dos alemães sobre o crescimento do nacional-socialismo.

importações industriais tornaram-se proibitivas. A crise avançou e, em 1932, os desempregados atingem o número de 6 milhões – quase um terço do total de trabalhadores. Esse quadro social é suficiente para demonstrar a perda relativa do papel político que os sindicatos desempenhavam na cena política e da dificuldade que as esquerdas encontravam para enfrentar as forças nazistas em ascensão.⁹

Neste contexto, seria complexo apontar causas específicas que levaram ao poder as forças do Partido Nazista e a rápida difusão de seus ideais entre as massas. Como assim discorre Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski:

Um exame minucioso das provas disponíveis sugere que praticamente todos os fatores que se afiguraram explicações da origem da ditadura totalitária desempenharam seu papel. No caso da Alemanha, por exemplo – os efeitos morais e pessoais de Hitler, a fraqueza da tradição constitucional alemã, certos aspectos envolvidos no “caráter nacional” alemão, o Tratado de Versalhes e suas consequências, a crise econômica e as “contradições” de um capitalismo senil, a “ameaça” do comunismo, o declínio do cristianismo e de outros apoios espirituais (como a fé na razão e na equanimidade humana) – todos esses fatores representaram seu papel na configuração total de fatores contributivos para o resultado geral.¹⁰

Mesmo que na prática não traçasse objetivos concretos e definidos, ao propor o apaziguamento da luta de classes, ao mesmo tempo que prometia dissolver as diferenças sociais, o partido conseguia adeptos tanto entre os conservadores quanto entre os esquerdistas, uma vez que considerava todos simples cidadãos alemães¹¹. Com isso, despertava um senso de união social, ausente na Alemanha desde antes da Primeira Guerra Mundial.

Outro diferencial nazista, era o fato do partido procurar adeptos não somente entre os grupos próximos, mas nos ideologicamente opostos. Ademais, apesar das tendências chauvinistas da época causaram inúmeras tentativas de golpes da direita, o partido conseguiu prosperar, tendo em vista que “sua organização e propaganda foram mais fortes que a inexpressividade de seus oponentes”¹².

⁹LENHARO, Alcir. **Nazismo: o triunfo da vontade**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1986, p. 25.

¹⁰FRIEDRICH, Carl J.; BRZEZINSKI, Zbigniew K. **Totalitarismo e autocracia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1965, p. 16.

¹¹DIEHL, Paula, 1996, p. 44-45.

¹²ARENDT, Hannah. **Origens do totalitarismo**. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 390.

Tanto é, que no ano de 1932 os nazistas venceram as eleições, e em 30 de janeiro de 1933, Hitler foi nomeado – pelo presidente Hindenburg – o Führer. Inaugurando o III *Reich* (III Império Alemão), que iria durar 12 longos anos.

De mais a mais, pode-se afirmar que o partido fez da tomada do poder algo bastante teatral: com direito a desfile noturno, soldados carregando tochas e entoando canções, como palco foi escolhido o Portão de Brandemburgo – de relevante peso histórico. Assim, para a população, os nazistas tomavam o poder como última esperança após as inúmeras dificuldades enfrentadas durante a República de Weimar, tratava-se de uma verdadeira revolução, uma nova era para a Alemanha.

Na realidade, tudo não passava de uma simples troca de poder, no qual os nazistas propunham “por formas audaciosamente novas, propostas já ultrapassadas e conservadoras”¹³. Com a ascensão ao poder, o primeiro objetivo de Hitler estava completo, a partir daí poderia se iniciar a caça aos opositores políticos.

Os comunistas, que tentavam promover uma revolução nos moldes da ocorrida na União Soviética desde a Liga Espartaquista, foram os primeiros a serem perseguidos. Em 27 de fevereiro de 1933 foram responsabilizados, erroneamente, pelo incêndio ao *Reichstag* (Parlamento), e como consequência, o Partido Comunista (KPD) foi considerado ilegal e teve seus jornais interditados. Na prática, esse episódio representou mais do que o começo da caça aos inimigos do regime, mas a destruição da construção física que mais representava as instituições democráticas.

Começava, assim, um longo processo, que concentraria o poder nas mãos do Führer e o tornaria o centro de todas as decisões políticas do regime. Nessa lógica, em março do mesmo ano foi aprovado o *Ermächtigungsgesetz* (pacote político), que concentrava nas mãos do Poder Executivo quase todas as competências parlamentares.

Hitler pode, a partir de então, alterar, criar e invalidar leis. Além de deter o controle do governo, o chanceler tem poder para firmar contratos com nações estrangeiras, decidindo dessa forma o rumo da política externa.¹⁴

¹³DIEHL, 1996, p. 32.

¹⁴Ibidem, p. 64.

Mais tarde, o NSDAP foi considerado o único partido legal. A população amedrontada pelas perseguições, assassinatos e desaparecimentos de líderes políticos, não se opôs às condutas do partido. Vale dizer que o presidente Hindenburg nunca fez interferências nas políticas nazistas. Por certo, este se acomodou em seu cargo, onde permaneceu até sua morte em 1934, ocasião na qual Hitler transferiu para si seu título, acumulando os cargos de chancelaria e presidência.

Com efeito, é irrefutável o fato dos nazistas terem chegado ao poder dentro da legalidade – em um momento que praticamente todos os países europeus atravessavam uma onda de movimentos autoritários, com governos antidemocráticos e pró-ditatoriais¹⁵. Nesse ínterim, faz-se mister distinguir o movimento totalitário, que se instaurou na Rússia no ano de 1929 e na Alemanha em 1933, de outros movimentos políticos – como o fascismo italiano.

Quando ascendeu ao poder, Benito Mussolini tinha como fim último a tomada do governo por parte de uma elite fascista, visando governar por meio do uso da violência. No entanto, a ideologia peculiar do totalitarismo vai além disso, ela subjuga os seres humanos internamente¹⁶. Assim, a tomada do poder não era o objetivo principal, mas sim a modulação do maior número de pessoas possíveis à estrutura totalitária.

A este respeito discorre Hannah Arendt:

Os regimes totalitários são organizações maciças de indivíduos atomizados e isolados. Distinguem-se dos outros partidos e movimentos pela exigência de lealdade total, irrestrita, incondicional e inalterável de cada membro individual.¹⁷

Importante frisar que nenhum outro Estado ou movimento conseguiu tal nível de dominação. É o que assevera Carl J. Friedrich e Zbigniew K. Brzezinski ao dizerem que “num sentido amplo, a ditadura totalitária é uma manifestação nova; nunca existiu nada que lhe fosse semelhante”¹⁸.

¹⁵ARENDR, 1989, p. 360.

¹⁶Ibidem, p. 375.

¹⁷Ibidem, p. 377.

¹⁸ FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 16.

De todo o exposto, era neste ambiente intimidador que o NSDAP traçava sua meta para o controle total. Utilizaria, para isso, os recursos propagandísticos e de terror – presentes em todo período que o partido esteve no poder, e que nos próximos anos só viriam a se intensificar.

2.3 O GOVERNO DAS MASSAS E A FORÇA DA PROPAGANDA NAZISTA

É certo que nenhum outro partido se preocupou tanto com as grandes multidões. A manipulação das massas era um verdadeiro instrumento político, a ponto de ser plausível considerar o Nacional-Socialismo uma “propaganda disfarçada de ideologia”¹⁹.

Sobre a influência que o regime exercia na população, aduz Alcir Lenharo:

Para o historiador alemão Joachim Fest, o nazismo inaugurava uma nova modalidade de política, pensada mais em termos heroicos e trágicos do que sociais, de modo a se converter em algo compreendido, aceito e compartilhado por uma população apolítica. [...] a população alemã seria vítima de um anestesiamento coletivo, e não teria forças psicológicas para romper o cordão de encantamento que a prendia ao regime.²⁰

Neste mesmo sentido, Hannah Arendt discorre acerca do apoio popular ao partido:

A ascensão de Hitler ao poder foi legal dentro do sistema majoritário, e ele não poderia ter mantido a liderança de tão grande população, sobrevivido a tantas críticas internas e externas, e enfrentado tantos perigos de lutas intrapartidárias, se não tivesse contado com a confiança das massas.²¹

Hannah Arendt assevera que o apoio das massas é considerado fator fundamental para a ascensão e sucesso dos governos totalitários, sendo que se entende por “massas” a população sem uma consciência de classe, interesse em comum, posicionamento ou filiação política. Na realidade, o papel que as massas

¹⁹HERF, 2014, p. 28.

²⁰LENHARO, 1986, p. 09.

²¹ARENDR, 1989, p. 390.

populares desempenharam na eleição de regimes totalitários através de sistemas majoritários de voto abalou a confiança que tínhamos na soberania da maioria, e significou o fim de duas ilusões dos países democráticos, quais sejam:

A primeira foi a ilusão de que o povo, em sua maioria, participava ativamente do governo e todo indivíduo simpatizava com um partido ou com outro. Esses movimentos, pelo contrário, **demonstraram que as massas politicamente neutras e indiferentes podiam facilmente constituir a maioria num país de governo democrático** e que, portanto, uma democracia podia funcionar de acordo com as normas que, na verdade, eram aceitas apenas por uma minoria. A segunda ilusão democrática destruída pelos movimentos totalitários foi a de que essas massas politicamente indiferentes não importavam, que eram realmente neutras e que nada mais constituíam senão um silencioso pano de fundo para a vida política da nação. Agora, **os movimentos totalitários demonstravam que o governo democrático repousava na silenciosa tolerância e aprovação dos setores indiferentes e desarticulados do povo, tanto quanto nas instituições e organizações articuladas e visíveis do país.** (grifo nosso)²²

A falta de interesse pelo cenário político, por parte das massas populares, adveio de um contexto de colapso do sistema de classes. Em sua maioria, as classes sociais eram representadas por diminutos grupos que seguiam certas tradições políticas, fazendo com que nem todos os cidadãos se sentissem responsáveis pelas decisões do governo. Em consequência disso, as classes se transformaram em massas sem representatividade e os partidos políticos passaram a encontrar dificuldade no recrutamento de novos membros, tendo em vista que a população acreditava veemente que as autoridades constituídas eram desonestas e perniciosas²³.

Diante desse cenário, o diferencial do partido nazista foi recrutar seus membros dentre as massas de pessoas que não tinham experiência política anterior e, justamente por isso, acabou por moldar um grupo que nunca havia sido criticado pelos outros partidos. Este fato permitiu o advento de novos métodos de governo e propaganda política²⁴, que utilizavam a população como elemento decorativo e de mobilização²⁵, seduzindo-a pela emoção.

²²ARENDR, 1989, p. 362.

²³Ibidem, loc. cit.

²⁴Ibidem, loc. cit.

²⁵DIEHL, 1996, p. 43.

Sem a participação das massas, os sistemas totalitários não seriam possíveis. A massa não deveria apenas reagir aos impulsos do Führer e do Partido, mas também agir com estes. Não se trata de um agir criativo ou democrático, mas de fortalecer as normas do sistema totalitário. Embora a população participasse ativamente do sistema, ela não o determinava. No nacional-socialismo, a massa não tem poder de decisão nem aspira a esse poder.²⁶

Assim, os ideais totalitários somente se tornaram possíveis graças ao coletivo, e ao fato de “as grandes evoluções da sociedade não ocorreram pelo conhecimento científico das massas, mas pelo fanatismo entusiasmado que as impulsionava”²⁷. E este fanatismo, no regime nazista, foi construído por meio da propaganda.

[...] o que é desconcertante no sucesso do totalitarismo é o verdadeiro altruísmo dos seus adeptos. É compreensível que as convicções de um nazista ou bolchevista não sejam abaladas por crimes cometidos contra os inimigos do movimento; mas o fato espantoso é que ele não vacila quando o mostro começa a devorar os próprios filhos, nem mesmo quando ele próprio se torna vítima de opressão, quando é incriminado e condenado, quando é expulso do partido e enviado para o campo de concentração ou de trabalhos forçados. Pelo contrário: para o assombro de todo o mundo civilizado, estará até disposto a colaborar com a própria condenação e tramar a própria sentença de morte, contanto que o seu *status* como membro do movimento permaneça intacto [...] dentro da estrutura organizacional do movimento, enquanto ele permanece inteiro, os membros fanatizados são inatingíveis pela experiência e pelo argumento; a identificação com o movimento e o conformismo total parecem ter destruído a própria capacidade de sentir, mesmo que seja algo tão extremo como a tortura ou o medo da morte.²⁸

Justamente porque o regime necessitava do apoio popular, o líder totalitário não se apresentava como um tirânico com sede de poder, mas como um funcionário do povo. Hitler, ao anunciar suas intenções políticas, mostrava-se como um líder propagador de profecias. Desse modo, tudo acontecia porque já estava predito, isso levava a população a crer que o governo era infalível.

Adentrando no contexto da propaganda propriamente dita, após a tomada do poder houve uma inversão da lógica propagandística. A campanha que inicialmente servia para criticar as mazelas da República de Weimar, passou a servir para sufocar as críticas ao governo. Os problemas depois de 1933 foram dados como

²⁶DIEHL, 1996, p. 43-44.

²⁷Ibidem, p. 47-48.

²⁸ARENDT, 1989, p. 357-358.

resolvidos, em uma tentativa de estabelecer uma realidade e ordem incontestáveis, de modo a convencer a sociedade de que as escolhas do partido nazista representavam o melhor para o futuro da Alemanha.

Para que esta ordem harmoniosa – construída pela propaganda – não fosse rompida pelos inimigos do regime, foi necessária a eliminação de opiniões divergentes²⁹. Deste modo, a limitação da atividade de imprensa foi o primeiro passo dado para a formação de uma opinião pública uniformizada.

Já no primeiro ano de governo, cerca de dois mil jornalistas alemães – dentre eles judeus, liberais, conservadores, apolíticos, comunistas e social-democratas – ficaram desempregados, foram exilados ou sofreram prisões arbitrárias³⁰. Nessa esteira, a Lei de Controle Editorial (1933) formulada pelo diretor de imprensa, Otto Dietrich, colocou todos os editores de jornais sob controle do governo. Somente podiam exercer a profissão os editores considerados arianos, e dentre estes, não era permitido que fossem casados com judeus. Com essa lei, foi completamente barrada a possibilidade de atividade jornalística para o povo judaico na Alemanha³¹.

Ressalta-se que não necessariamente todos os meios de comunicação eram propriedade estatal, porém eram controlados pelo Estado como se assim o fossem, de maneira a garantir uma propaganda positiva do governo. Outrossim, a opinião dos alemães também era moldada pelo controle que o partido exercia no campo cultural. Um exemplo é o episódio da *Bücherverbrennung* (queima dos livros antigermânicos), organizado pelo Ministério do Reich de Esclarecimento Popular e Propaganda³², chefiado por Joseph Goebbels.

Nesta ocasião, todos os livros de autores não germânicos foram atirados ao fogo, como forma de descontaminar a cultura alemã. O Estado, portanto, dava as rédeas do que deveria ou não ser lido, e participava ativamente da “educação intelectual” da população³³. Para conseguir êxito nesta proposta de influenciar todos os campos da sociedade civil era necessária a combinação de diferentes fontes

²⁹DIEHL, 1996, p. 88.

³⁰HERF, 2014, p. 60.

³¹Ibidem, loc. cit.

³²O fato de existir um Ministério específico para a propaganda alude o entrecruzamento do Estado com o partido nazista.

³³De igual modo, o Estado participava também na educação esportiva, por meio da Juventude Hitlerista (*Hitlerjugend*).

como teatro, ópera, propaganda política e o intenso uso dos meios de comunicação de massa que nasceram na década de 20³⁴.

Todo este aparato propagandístico era vital para a manutenção do regime, independentemente se as notícias divulgadas era falsas ou caluniosas. Aqui, os princípios da moral e ética não eram considerados. Dessa forma, o mundo totalitário age de tal modo que é construída uma realidade artificial, na qual a propaganda tem a função de proteger suas frágeis estruturas, ao mesmo tempo que molda os indivíduos a darem credibilidade a esta construção, mantendo o sistema vivo³⁵.

Assim, as verdades eram sempre retorcidas e as mentiras escancaradas, os fatos que não interessavam ao regime eram desprezados. Neste contexto de ficção a propaganda prosperava, e conseguia, cada vez mais, isolar a população do mundo real.

No entanto, este mundo inverídico não era percebido pela população alemã. Para os cidadãos, as escolhas do governo beneficiavam a todos – e não somente o regime. Na prática, as propagandas desumanizavam os indivíduos, privando-os de pensar e julgar independentemente³⁶.

Isso deu às massas de indivíduos atomizados, indefiníveis, instáveis e fúteis um meio de se autodefinirem e identificarem, não somente restaurando a dignidade que antes lhes advinha da sua função na sociedade, como também criando uma espécie de falsa estabilidade que fazia deles melhores candidatos à participação ativa. Através desse tipo de propaganda, o movimento podia apresentar-se como extensão artificial das reuniões de massa, e racionalizar os fúteis sentimentos de empáfia e de histérica segurança que oferecia aos indivíduos isolados de uma sociedade atomizada.³⁷

De modo geral, a mais relevante consequência de todo o sistema de propaganda nazista, é o fato de que levava a população à alienação sobre todos os mais diversos tipos de questões, conforme assinala Friedrich e Brzezinski:

O fato de haver um controle monopolista dos meios de comunicação provoca gradualmente no público um profundo descrédito em todas as

³⁴DIEHL, 1996, p. 80.

³⁵Ibidem, p. 83.

³⁶FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 111.

³⁷ARENDR, 1989, p. 406.

notícias e outras espécies de informação. Como as pessoas não têm outra fonte de informações, surgem constantes ondas de boatos, bem como cria-se uma decepção geral. E como o homem não pode pensar sem ter alguma informação válida em que basear seu pensamento, o público tende a se tornar alheio a todas as questões gerais.³⁸

A extensão da propaganda nazista era tamanha que induzia as massas a acreditarem que o partido era mais poderoso que as autoridades constituídas, tanto é, que poderia confessar a autoria de inúmeros crimes sem nunca temer uma retaliação ou condenação. Com isso, ganhava mais adeptos, tendo em vista que era mais fácil pertencer ao regime nazista do que tentar fazer oposição.

Nesse sentido discorre Hannah Arendt:

[...] o que caracteriza a propaganda totalitária melhor do que as ameaças diretas e os crimes contra indivíduos é o uso de insinuações indiretas, veladas e ameaçadoras contra todos os que não derem ouvidos aos seus ensinamentos, seguidas de assassinato em massa perpetrado igualmente contra “culpados” e “inocentes”.³⁹

Apesar de todo o exposto, é certo que isoladamente a propaganda política não é motivo suficiente para a instauração de um regime totalitário – visto que sempre esteve presente nos governos modernos. Assim, a peculiaridade da propaganda no totalitarismo consiste na coerção psíquica que exerce sobre as massas, e esta só se torna possível através de dois fenômenos combinados: o terror e a propaganda. A este respeito, reproduz Friedrich e Brzezinski:

[...] o terror reforça o monopólio das comunicações de massa [...]. Inversamente, o terror adquire sua qualidade onipresente por ser difundido através de uma contínua repetição de temas da propaganda oficial. Essa ligação entre propaganda e o terror distingue-os de todos os fenômenos semelhantes nos sistemas de governos não-totalitários.⁴⁰

O terror totalitário agia, principalmente, entre os cidadãos indefesos, orquestrando uma verdadeira dominação total sob o indivíduo e cessando com a

³⁸FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 106.

³⁹ARENDR, 1989, p. 394.

⁴⁰FRIEDRICH; BRZEZINSKI, op. cit., p. 101.

autonomia de qualquer atividade social⁴¹. Nas ações governamentais, não era possível deslumbrar um objetivo político específico que não fosse o domínio total. Justamente por isso, o foco do governo nunca eram as questões políticas, mas sim as ideológicas.

Assim discorre Hannah Arendt:

Por mais radical que seja, todo objetivo político que não inclua o domínio mundial, todo programa político definido que trate de assuntos específicos em vez de referir-se a “questões ideológicas que serão importantes durante séculos” é um entrave para o totalitarismo.⁴²

O terror tinha a função de preencher as lacunas deixadas pela ausência de vínculo entre a realidade externa e o sistema totalitário, sendo imprescindível para criar fatos e estados psicológicos que isolassem os cidadãos dos acontecimentos externos. Esse isolamento, por sua vez, permitiu a construção da lealdade ao regime – fundamental no totalitarismo – tendo em vista que os indivíduos somente encontravam sentido na vida se pertencentes a um movimento.

Com o terror, a sociedade é vigiada e ameaçada, enquanto os indivíduos vão sendo isolados uns dos outros até que alcancem a perfeita solidão. Por meio do permanente medo e controle, o terror vai destruindo os laços que unem os indivíduos uns aos outros, eliminando primeiramente as capacidades políticas e, em seguida, as sociais.⁴³

Portanto, pode-se afirmar que a propaganda, isoladamente, foi possível até certo ponto. A partir do momento em que o regime estava consolidado, o terror foi utilizado para articular o processo de doutrinação⁴⁴, dando realidade às ideologias do regime e transformando a sociedade em um campo ordenado e uniforme.

2.4 CONTORNOS DA TRADIÇÃO ANTISSEMITA EUROPEIA

⁴¹FRIEDRICH; BRZEZINSKI, 1965, p. 372.

⁴²ARENDRT, 1989, p. 373.

⁴³DIEHL, 1996, p. 47-48.

⁴⁴ARENDRT, op. cit., p. 390.

O antissemitismo não é algo que surgiu apenas nos fins da década de 40 na Alemanha. Em verdade, reflete questões históricas de muito antes. O regime de Hitler soube apenas acentuar essa predisposição europeia ao racismo, utilizando, para isso, os meios propagandísticos para disseminar o clima de indiferença com o qual a população alemã reagia às injustiças cometidas contra o povo judaico.

O antissemitismo já rondava a Europa durante vários séculos, porém a forma como se difundia nunca havia sido tão virulenta como no nacional-socialismo.⁴⁵

Já na Antiguidade Clássica e Idade Média são encontrados relatos que demonstram a existência de certa aversão ao povo israelita. Na medievalidade, o antissemitismo religioso foi disseminado sobretudo pela Igreja Católica e seu poderio. Aos adeptos do catolicismo, a Igreja proibia a prática da usura. Dessa forma, quem realizava os empréstimos de capital a juros eram os judeus. Essa prática associou a comunidade judaica à internacionalização do capital e a responsabilizou por todas as incertezas que o advento deste novo cenário econômico trouxe às sociedades.

Na Idade Moderna, por sua vez, o antissemitismo apresentava-se como uma das tendências culturais e políticas mais comuns aos países europeus. Fundamentou-se, sobretudo, na disseminação de teorias racistas – que circulavam a Europa antes mesmo de 1914. Essas teorias apresentavam um judeu estereotipado, visto como uma criatura racialmente inferior e representante de tudo o que merecia ser questionado: como as doutrinas capitalistas, liberais, comunistas e socialistas.

A disseminação das teses racistas era facilitada pela publicação de livros como “*Os protocolos dos sábios de Sião*”⁴⁶ e “*França Judia*” de Edouard Drumont, ou da repercussão de casos como o “*Caso Dreyfus*”⁴⁷. Na Alemanha particularmente,

⁴⁵DIEHL, 1996, p. 94.

⁴⁶Escrito originalmente por Sérgio Nilus, mas modificado pelo Czar Nicolau II. Trata-se de uma das maiores falsificações do século XX, com o objetivo de mostrar que os judeus visavam a dominação mundial e atribuir-lhes a condição de culpados. Foram amplamente divulgados para toda a Europa após a Primeira Guerra Mundial. Em 1921, entretanto, após o fim das investigações, foi desmascarado toda a verdade. Contudo, o livro já havia sido amplamente divulgado por toda a Europa, tendo maior notoriedade na Alemanha e Inglaterra.

⁴⁷Trata-se de um capitão judeu do exército francês que foi acusado erroneamente de ter entregado à Alemanha informações privilegiadas. Alguns não hesitaram em acusar-lhe pelo simples fato de ser judeu.

eram propagadas por respeitáveis autores como Richard Wagner e Wilhelm Marr, este último responsável pelo Tratado de Marr – que arrazoava acerca de uma dominação judaica no país⁴⁸.

Outrossim, foi na modernidade que o nacionalismo exacerbado criou raízes, principalmente com a formação dos Estados nacionais. Numa época em que nação e Estado eram instituições homogêneas, os judeus eram vistos como forasteiros e apátridas, uma vez que sempre constituíam minoria em todos os países que habitavam. Por esta razão, eram vistos como um Estado dentro do Estado, e não como uma comunidade puramente religiosa.

Ressalta-se que foi no século XIX que o termo antissemitismo foi cunhado, e ganhou uso generalizado em toda a Europa. Refere-se, sobretudo, a representação dos judeus como um povo estranho, hostil e indesejável.

2.5 O ANTISSEMITISMO E A PROPAGANDA ANTISSEMITA NO III *REICH*

No contexto alemão, o antissemitismo manifestou-se, principalmente, no quadro das institucionalizações dos regimes liberais através do advento Estados Modernos, no qual os judeus desempenharam significativo papel.

Como eram em sua maioria banqueiros, foram os primeiros a financiar a formação dos recentes Estados, que pregavam como preceito básico a igualdade entre os cidadãos. Tal fato desagradou enormemente a nobreza alemã⁴⁹ – acostumada com os privilégios do sistema feudal.

Dessa forma, a nova configuração política e social que se instaurava na Alemanha ajudou a disseminar o antissemitismo como um fator primordialmente político. Mais tarde, esse antagonismo manifestado primeiramente pela nobreza também passou a estar presente nas classes inferiores, que viam nos judeus os substitutos funcionais da nobreza inimiga⁵⁰.

Nos anos que antecederam a Primeira Guerra Mundial o antissemitismo alemão quase não era percebido, e vários judeus lutaram pela Alemanha no fronte

⁴⁸HERF, 2014, p. 19.

⁴⁹DIEHL, 1996, p. 68.

⁵⁰Ibidem, loc. cit.

de batalha. No entanto, com a derrota na guerra, as crises sociais, políticas e econômicas, e a ascensão do nacional-socialismo ao poder, a situação mudou.

Ambos os fenômenos – o antissemitismo e o totalitarismo – mal haviam sido notados pelos homens cultos porque pertenciam à corrente subterrânea da história europeia, onde, longe da luz do público e da atenção dos homens esclarecidos, puderam adquirir virulência inteiramente inesperada.⁵¹

Com um partido manifestadamente antissemita no poder, iniciaram-se uma série de boicotes aos estabelecimentos israelitas – que passaram a ser identificados pela Estrela de Davi. Concomitantemente, milhares de judeus foram demitidos das funções públicas e cartazes propagando o ódio foram espalhados pelo país com a intenção de provocar o êxodo da comunidade judaica. Apesar de representar uma pequena parcela da população, no final de 1933 mais de 30 mil judeus haviam deixado a Alemanha.

A este respeito, discorre Paula Diehl:

É permitida a saída de todos os judeus do país desde que levassem consigo apenas 5% de seus bens. Provavelmente por isso e por acreditarem no retrocesso da política antissemita de Hitler, cerca de 90% da população judaica opta por continuar na Alemanha.⁵²

O intento da campanha realizada pelo partido contra os judeus – grupo minoritário que não tinha recursos para defesa – era arraigar na população alemã a ideia de que o antissemitismo não se tratava apenas de uma opinião a respeito de um povo, nem mesmo de uma questão política, mas sim uma preocupação íntima que todo o indivíduo careceria de ter em sua existência pessoal⁵³. Assim, para serem vistos como inimigos do regime, foram colocados em posição de destaque no sistema de propaganda realizada pelo partido.

O ódio aberto contra os judeus parece ter envolvido os alemães numa crise de consciência. Como dizem Furkhammer e Isakson, aqueles que achavam insuficientes as explicações públicas para tal ódio deviam se sentir

⁵¹ARENDR, 1989, p. 21.

⁵²DIEHL, 1996, p. 70-71.

⁵³ARENDR, op. cit., p. 405.

perturbados e buscavam, para a racionalização desse fato, argumento emocionais que o justificassem.⁵⁴

Com efeito, o desenvolvimento do partido e das políticas em torno desse tema serviam como justificativa, manutenção e estabilização do sistema totalitário. Os materiais propagandísticos eram utilizados a todo momento em uma tentativa de explicar emocionalmente o antissemitismo – tendo em vista que pela razão não era possível fazê-lo. Dessa maneira, cartazes e filmes, principalmente, veiculavam a ideia de que a intenção velada dos judeus era a dominação mundial, destacando sua má índole e associando-os a doenças contagiosas e animais peçonhentos.

Para o partido não era relevante o fato das ideias conspiratórias propagadas largamente não serem condizentes com a realidade cotidiana alemã. Na década de 30, os judeus equivaliam a apenas 0,76% da população do III *Reich*⁵⁵. De modo geral, a presença dos judeus no serviço civil ou até mesmo na liderança de grandes companhias era bastante reduzida, desempenhavam, em sua maioria, atividade comercial e financeira, aglomerando-se, para isso, necessariamente nos grandes centros urbanos – o que lhes dava uma visibilidade social maior e desproporcional ao seu verdadeiro tamanho⁵⁶.

Em Berlim a situação era peculiar. Lá habitavam cerca de 32% do total de judeus na Alemanha⁵⁷, fazendo com que estes ocupassem grande parte do cenário profissional berlinense. Mesmo assim, a ideia de uma conspiração para dominar o mundo não encontrava respaldo factível, uma vez que a realidade da capital não condizia com as demais localidades do país.

Nessa toada, pode-se afirmar seguramente que a quantidade de judeus no cenário profissional alemão era ínfima, de modo que era ilógico cogitar a hipótese deste grupo minoritário fazer concorrência aos alemães arianos. Essa inexpressividade ocorria também no cenário político, no qual a representação no *Reichstag* (Parlamento) era praticamente inexistente.

Outrossim, a edição das Leis de Nuremberg – manifestadamente antissemitas – auxiliou ainda mais o processo de exclusão dos judeus de todos os âmbitos sociais: em 1935, a Lei de Cidadania do *Reich* retirou dos judeus nascidos na

⁵⁴ LENHARO, 1986, p. 57.

⁵⁵ HERF, 2014, p. 79-80.

⁵⁶ *Ibidem*, loc. cit.

⁵⁷ *Ibidem*, loc. cit.

Alemanha, a cidadania germânica, classificando-os como cidadãos de segunda categoria; nesse mesmo ano, a Lei de Proteção do Sangue Alemão e Honra Alemã proibiu os casamentos mistos entre judeus e não judeus, anulando os já existentes.

Na medida que se aceravam por toda a Alemanha as teses antissemitas, a ocorrência de episódios como a Noite de Cristal⁵⁸ – que teve como justificativa uma retaliação contra uma suposta conspiração judaica internacional –, ficaram mais frequentes, gerando o empobrecimento econômico dos judeus e deixando-os sem recursos para se defender.

Na Noite de Cristal, em 9 para 10 de novembro de 1938, as sinagogas são incendiadas, seus cemitérios profanados, as vitrines de suas lojas são quebradas e seus apartamentos esvaziados. Os prejuízos têm de ser pagos pelos próprios proprietários. As SS levam consigo 20 mil judeus presos, 36 são assassinados.⁵⁹

Nem mesmo o horror das leis antissemitas ou da ocorrência de *pogroms* – que humilharam e destruíram as posições sociais e econômicas dos judeus – fizeram com que a população alemã se solidarizasse e mudasse seu posicionamento antagônico frente a este povo.

Em janeiro de 1939, o regime nazista havia inundado o Terceiro Reich com propaganda e legislação antissemita. Como resultado, um consenso antissemita havia se generalizado pela sociedade alemã e austríaca a favor da revogação de direitos de cidadania aos judeus, destruição de suas condições econômicas, remoção de suas profissões, confisco de suas propriedades e sujeitá-los a prisões arbitrárias e expulsões da Alemanha e até do restante da Europa.⁶⁰

O principal ponto de partida para compreender este posicionamento da população alemã consiste na força da propaganda antissemita realizada pelo nacional-socialismo. De tão eficaz, ela convenceu seus interlocutores que eram questões meramente superficiais, e não mereciam atenção, a vulnerabilidade econômica, social e política a qual o povo judaico estava sujeito. A propaganda

⁵⁸O mais famoso “*pogrom*” promovido durante o regime nazista; refere-se principalmente à ataques violentos perpetrados contra os judeus.

⁵⁹DIEHL, 1996, p. 70.

⁶⁰HERF, 2014, p. 93-94.

conseguiu persuadir os alemães a acreditarem que havia um problema judaico, questão que será profundamente abordada no contexto da Segunda Guerra Mundial.

2.6 A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Desde a ascensão ao poder, o NSDAP tinha como objetivo alcançar importantes resultados na política externa – como a criação de um enorme *Reich* que abrangesse todos os povos de etnia alemã. Para atingi-lo, no entanto, era necessário o rearmamento alemão, o que implicaria uma violação direta às cláusulas do Tratado de Versalhes.

Devido à política de apaziguamento, adotada por britânicos e franceses na década de 30, Hitler não encontrou maiores óbices às suas pretensões. Num primeiro momento, não necessariamente suas declarações em relação à política de armamento foram notadas com desconfiança pelos demais países europeus. Entretanto, esse quadro de confiabilidade foi alterado quando em 14 de outubro de 1933, a Alemanha anunciou sua retirada da Liga das Nações.

À época, Hitler justificou tal conduta reafirmando que embora a Alemanha estivesse comprometida com o desarmamento total, as outras nações europeias não fizeram o mesmo. Num jogo político, conseguiu atribuir “a culpa pelo colapso das conversações de desarmamento à resistência em conceder plena igualdade à Alemanha”⁶¹.

Hitler usou esse golpe de política externa para obter apoio para o regime nazista na Alemanha. Fortaleceu sua posição nas relações com as elites militares e industriais, à medida que se tornavam cada vez mais dependentes do governo nacional-socialista para garantir as condições do rápido rearmamento alemão. [...] A maioria dos alemães aceitava plenamente a opinião do governo de que a Liga das Nações servia como um instrumento dos interesses franceses e ingleses.⁶²

⁶¹STACKELBERG, Roderick. **A Alemanha de Hitler**: origens, interpretações e legados. Trad. A. B. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Imago, 2002, p. 225.

⁶²Ibidem, loc. cit.

Ato contínuo, aproveitando-se do apoio popular no âmbito interno, em 1936 Hitler decidiu remilitarizar a Renânia – região situada a oeste da Alemanha, que por sua posição estratégica perto da França foi obrigada a permanecer desmilitarizada após a Grande Guerra. Nesse mesmo ano, com o intuito de formar alianças políticas, envolveu-se na Guerra Civil Espanhola, este episódio marcou a aproximação do país com a Itália fascista, tal qual ansiava o Führer. Com efeito, pode-se dizer que “o surgimento do chamado Eixo Berlim-Roma foi consequência direta da colaboração militar entre Itália e Alemanha na Guerra Civil Espanhola”⁶³.

Não obstante essas vitórias na política externa, para a construção da Grande Alemanha era necessária a busca pelo *Lebensraum* (espaço vital) à leste. Assim, seus planos para a formação de um grande *Reich* alemão começaram com a invasão da Áustria – na famosa *Anschluss* (união) –, sendo plenamente comemorada pela sociedade germânica, a população “estava convencida de que a genialidade de Hitler não tinha limites, uma vez que ele tinha realizado o que nem mesmo Otto von Bismark havia conseguido: integrar a Áustria ao Reich”⁶⁴.

Logo após a *Anschluss* uma onda de nacionalismo, incentivada pelos nazistas, varreu a minoria alemã presente na região dos Sudetos na Tchecoslováquia, e com vistas a política de apaziguamento, durante a Conferência de Munique em 1939, os países Aliados obrigaram o governo tcheco a aceitar a anexação dos Sudetos pela Alemanha.

Após anexar a Áustria e os Sudetos, o objetivo alemão era a invasão da Polônia. Entretanto, dessa vez, os britânicos e franceses não estavam dispostos a ceder às exigências de Hitler. O medo da hegemonia alemã fez com que no dia 31 de março de 1939, Reino Unido e França, apoiados pelos Estados Unidos, oferecessem garantia de apoio militar incondicional a Polônia. Os alemães, por sua vez, reagiram formando o Pacto de Aço – aliança militar com a Itália.

Em 1º de setembro de 1939, as tropas nazistas invadiram a Polônia. Como era de se esperar, logo após, Reino Unido e França declararam guerra aos alemães – a Segunda Guerra Mundial havia começado.

⁶³YOSHIDA, Ernesto; EGGERS, Moraes. **Coleção 70º aniversário da 2ª Guerra Mundial: Hitler desafia a ordem mundial**. v. 1. São Paulo: Abril, 2009, p. 76.

⁶⁴Ibidem, p. 105.

Graças a uma oposição despreparada e pouco organizada para a guerra “de 1939 a 1941 o exército alemão parecia invencível”⁶⁵. Os nazistas se beneficiaram da nova doutrina militar alemã da *Blitzkrieg*⁶⁶ (guerra relâmpago). Com as vitórias pelo continente, Hitler foi aclamado na Alemanha como o maior Feldherr (comandante) de todos os tempos. A euforia dos líderes nazistas transmitia a ideia de que a simples força de vontade alemã era capaz de assegurar o triunfo do país na guerra.

A Europa ficou paralisada por essa assombrosa sucessão de acontecimentos, e todos esperavam para ver o que os alemães fariam em seguida. O desafio político que o Reich tinha à frente agora ia muito além da consolidação do Lebensraum no Leste Europeu. [...] a Alemanha tinha que passar da construção de uma *Volksgemeinschaft* (comunidade do povo) dentro de suas fronteiras para a construção de uma *Völkergemeinschaft* (comunidade dos povos) por todo o continente. Praticamente sem nenhuma preparação prévia, o Terceiro Reich teria de forjar uma estratégia política para defender o que conquistara no Oeste e formular uma futura Nova Ordem para o conjunto da Europa.⁶⁷

Apesar das sucessivas vitórias, as tropas nazistas encontraram dificuldades em derrotar de vez os ingleses. Com isso, o Führer decidiu minar o único aliado continental em potencial inglês: a União Soviética. Para os nazistas, o Pacto de Não-Agressão – firmado em 1939 – não representava óbice à invasão da URSS, uma vez que em nenhum momento o acordo diminuiu a oposição primordial do partido ao comunismo. Na prática, era improvável que Hitler tenha pensado no pacto como qualquer outra coisa além de uma manobra temporária.

E qual poderia ser um objetivo mais apropriado para satisfazer a necessidade de *Lebensraum* da raça alemã superior do que as vastas estepes abertas, povoadas pelos “subumanos” eslavos, que concediam sua lealdade a uma ideologia que ameaçava destruir toda a criatividade e iniciativa humanas? O antissemitismo era estreitamente vinculado ao anticomunismo. Segundo o dogma nazista, o comunismo era um sistema internacional inventado pelos judeus para destruir as elites de liderança nacional e controlar e manipular as massas trabalhadoras de todas as nações. Os nazistas, assim como os conservadores tradicionais, consideravam o bolchevismo judeu como a maior ameaça à cultura e civilização europeias.⁶⁸

⁶⁵STACKELBERG, 2002, p. 253.

⁶⁶Tática que consistia no uso de tanques, principalmente, em ataques rápidos e de surpresa, de modo a impossibilitar a defesa do inimigo.

⁶⁷MAZOWER, Mark. **O Império de Hitler**: a Europa sob o domínio nazista. Trad. Claudio Carina e Lucia Boldrini. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p. 147.

⁶⁸STACKELBERG, 2002, p. 264.

Sem uma declaração formal de guerra, Hitler deu autorização para que as tropas alemãs iniciassem a Operação Barbarossa. Até o final de 1941, a Alemanha saiu vitoriosa e a derrota soviética parecia iminente. As cidades de Moscou e Leningrado foram arrasadas. “Ao contrário da guerra no ocidente, aquela seria uma guerra racial e ideológica, com a mais brutal selvageria”⁶⁹. Mais de três milhões de soviéticos foram feitos prisioneiros, e as áreas conquistadas foram completamente exploradas pelos soldados, de modo a não deixar recursos restante para a população civil.

A Wehrmacht recebeu instruções para colaborar com as unidades da força-tarefa especial das SS, os infames *Einsatzgruppen* (pelotões de extermínio móveis), cuja missão era reunir e matar judeus e oficiais comunistas nas áreas conquistadas. [...] Em novembro de 1941, quando entrou em vigor a “Solução Final da Questão Judaica” talvez cerca de 600.000 judeus já haviam sido assassinados pelos *Einsatzgruppen*.⁷⁰

Todavia, os alemães encontrariam dificuldades para enfrentar o rigoroso inverno, que favorecia visivelmente a defesa russa. Entre o final de 1942 e meados de fevereiro de 1943, foi travada a Batalha de Stalingrado – considerada uma das maiores e mais violentas da guerra –, na qual a contraofensiva dos Aliados destruiu o VI Exército Alemão, marcando o fim da expansão nazista na URSS.

A partir daí a maré de sorte alemã começaria a mudar. Na África do Norte, britânicos tomaram posse das regiões conquistadas pela Alemanha, fazendo o *Afrika Korps* bater em retirada. Outrossim, forças britânicas e norte-americanas conquistaram a França de Vichy, que passou a lutar ao lado dos Aliados. Derrotas navais na guerra do Atlântico se intensificaram em 1943, mesmo ano que foi travada a guerra aérea contra a cidade alemã de Hamburgo – que deixou mais de quarenta e dois mil civis mortos.

Com as derrotas da *Blitzkrieg*, a partir de 1943 a economia alemã foi totalmente voltada para a produção militar. Foram recrutados mais de 7,8 milhões de trabalhadores para trabalhar nas indústrias e agricultura alemã. Em sua maioria,

⁶⁹STACKELBERG, 2002, p. 269.

⁷⁰Ibidem, loc. cit.

eram prisioneiros de guerra, embora a SS⁷¹ – comandada por Heinrich Himmler – também tenha desempenhado importante papel no recrutamento de trabalhadores nos campos de concentração – apesar da ideologia nazista ter feito com que o governo privilegiasse a aniquilação dos judeus durante a guerra⁷².

O golpe final para os nazistas veio no dia 6 de junho de 1944. Na maior operação anfíbia da história – Operação Overlord – mais de 150 mil soldados Aliados desembarcaram na Normandia francesa, num episódio que ficou conhecido como Dia D. Em outubro, as tropas inimigas alcançaram as fronteiras do *Reich* alemão, sendo que Aachen tornou-se a primeira cidade alemã capturada pelas tropas Aliadas.

Em um último fôlego, na Batalha de Bulge, os alemães conseguiram retardar a ofensiva aos seus territórios até o começo de 1945, quando “em meados de abril, os soviéticos desfecharam a ofensiva final contra a capital alemã”⁷³. Diante da evidente derrota, no dia 30 de abril daquele ano, Hitler suicidou-se em seu *bunker* fortificado sob o prédio da chancelaria em Berlim.

Em seu simples testamento político, Hitler não demonstrou qualquer mudança de ânimo ou remorso. Atribuiu a culpa pela guerra aos judeus e exortou os alemães a continuarem a construir um estado nacional-socialista.⁷⁴

Coube ao almirante Karl Dönitz, sucessor designado de Hitler, organizar a rendição incondicional da Alemanha no dia 8 de maio de 1945. A Segunda Guerra Mundial chegara ao fim. Nesse conflito mais de três milhões de soldados alemães perderam suas vidas, e mais de um milhão não voltaram dos cativeiros da União Soviética.

A derrota alemã é um exemplo de como um país pode ser levado à ruína por meio de uma ideologia abominável, mas bem inserida nas mentes da população. Hitler foi obrigado a renunciar seus objetivos iniciais quanto ao *Lebensraum* (espaço

⁷¹Como eram conhecidas as tropas *Schutzstaffel*, constituídas por homens arianos, que tinham como lema “a minha honra é a lealdade”. Foram criadas com a ascensão do partido nacional-socialista ao poder para a proteção pessoal de Hitler.

⁷²STACKELBERG, 2002, p. 283.

⁷³Ibidem, p. 295.

⁷⁴Ibidem, p. 296.

vital). Contudo, um objetivo permaneceu vigorante mesmo diante das sucessivas derrotas alemãs durante a guerra: o extermínio do povo judaico.

2.7 A CONSPIRAÇÃO JUDAICA INTERNACIONAL E A SOLUÇÃO FINAL

Para entender o Holocausto é fundamental ter em mente que tal genocídio teve suas raízes em um processo legal. Para cada ato discriminatório, havia uma mudança na legislação que o autorizava. A lei, portanto, amparava as ideologias do regime.

Dessa maneira, paulatinamente, os planos para a aniquilação foram sendo colocados em prática de um modo institucionalizado como verdadeiro e legítimo pela política de Estado. Todo o aumento de perseguição aos judeus tinha como justificativa um ato prévio de agressão por parte do judaísmo internacional.

O partido nazista sempre designou os judeus como inimigo, expressões como “peste”, “praga” ou “inimigo mortal” eram utilizadas comumente. Hitler arrazoava a respeito do povo judaico como sujeito político hostil à Alemanha:

Esse sujeito havia desempenhado um papel na derrota da Alemanha durante a Primeira Guerra Mundial e ajudado a causar a Revolução Bolchevique, a inflação alemã do pós-guerra e a crise de 1929.⁷⁵

Apesar do discurso histórico antissemita ser uma constante no nazismo, a partir da deflagração da guerra houve uma radicalização do tom empregado pelo governo. De igual modo, as propagandas tornaram-se mais frequentes, disseminando a ideia que a paz mundial estava sendo ameaçada pela comunidade judaica.

Na prática, elas transferiam aos judeus a responsabilidade por todos os problemas causados pelas decisões nazistas na política externa. Assim, os culpados por tudo que acontecia à Alemanha eram os judeus, em uma completa inversão da lógica de quem eram os acusadores e acusados.

⁷⁵HERF, 2014. p. 42.

A Segunda Guerra Mundial foi apresentada ao povo alemão como um conflito entre potenciais manipuladas pelo judaísmo internacional. Até onde a população tinha conhecimento, os judeus eram a força motriz por detrás da desordem europeia. Nesse cenário, os adversários do regime eram judeus ou estavam sob seu domínio. É nesse sentido que discorre Herf:

Na mente e nas declarações públicas dos líderes nazistas, a Alemanha e seus aliados lutavam numa única guerra defensiva contra uma gigantesca conspiração internacional de desiguais, conduzida por figuras judias trabalhando nos bastidores, enquanto seus cúmplices não judeus, sobretudo os Aliados, eram a fachada pública do inimigo. A narrativa nazista atribuía enorme autonomia e poder para os judeus, enquanto negava esses atributos aos líderes das nações mais poderosas do mundo, Franklin Roosevelt, Winston Churchill e Joseph Stalin, os quais identificava como cúmplices, fantoches lacaios e servos dos judeus.⁷⁶

As vitórias na política externa durante a guerra abriram caminho para uma intensificação da perseguição aos judeus no âmbito interno alemão. O consenso antissemita difundido desde a década de 30 pelo governo criou um reservatório de ódio, desprezo e, principalmente, indiferença frente ao que ocorria aos judeus, tal fato possibilitou ao III *Reich* avançar rumo aos planos de Solução Final⁷⁷.

No começo de 1939, em discursos ao *Reichstag* (Parlamento), Hitler deixou claro sua intenção de exterminar os judeus da face da terra, anunciando a ameaça como uma verdadeira profecia. A partir daí seu discurso de ódio seria repetido em inúmeras oportunidades.

O processo de extermínio teve início com o isolamento da parcela indesejada da população nos guetos. Essa tática mostrou-se vantajosa, uma vez que possibilitava o controle e vigilância da comunidade isolada pelas tropas SA⁷⁸. Ademais, cada gueto era administrado diretamente por um Conselho Judeu.

Esses Conselhos eram formados, na maior parte das vezes, pelas elites judaicas – que já exerciam certa influência na comunidade antes mesmo da ascensão do regime nazista, justamente por isso, o governo os elegia como membros visando obter uma maior passividade e cooperação no cumprimento de ordens entre as massas judias.

⁷⁶HERF, 2014, p. 50.

⁷⁷Ibidem, p. 94.

⁷⁸As tropas *Sturmabteilung* ou tropas de assalto, era a milícia durante o regime nazista.

Apesar de contarem com uma certa liberdade na administração dos assuntos corriqueiros, os Conselhos sujeitavam-se ao governo, devendo cumprir as ordens que lhes eram designadas.

A liderança judia exercia um poder ilimitado sobre a população cativa, mas estava à mercê de uma organização criminosa livre de controle exercida pelos órgãos constitucionais do Estado. [...] de forma bem atípica para um genocídio, a submissão total de uma população à vontade desenfreada dos seus captores foi alcançada não pela destruição, mas pelo esforço da estrutura comunitária e o papel integrador desempenhado pelas elites nativas.⁷⁹

A cooperação da comunidade judaica era fundamental para a efetivação do processo de extermínio. Desse modo, tudo o que objetivasse a promoção do gueto, estava, em última análise, ajudando os alemães a alcançarem seus desígnios.

Neste mundo sem vizinhos, os judeus eram mantidos em condições insalubres, na realidade, os guetos foram pensados justamente para enfraquecer física e espiritualmente seus habitantes. A fome e as doenças prosperavam livremente.

No gueto [...] manter-se vivo significava fechar os olhos à destruição e agonia das outras pessoas. Os pobres morriam primeiro e em levas. [...] Desde o primeiro dia, com massas de pessoas entulhadas num espaço que comportaria não mais que um terço do seu número, com rações de comida calculadas para produzir a decadência física e espiritual, com fontes de renda virtualmente inexistentes, as epidemias grassando e os remédios em falta, a vida no gueto virava um jogo sem gols onde a sobrevivência era o prêmio mais cobiçado, o único prêmio que realmente contava. Raramente foi tão alto o preço da compaixão. Raramente a simples preocupação com a sobrevivência esteve tão perto da corrupção moral.⁸⁰

Uma vez isolados fisicamente e socialmente do resto da população, o que acontecia aos judeus era assunto estatal e interessava somente ao governo. Assim, não houveram óbices ao início da política de “deportação” aos campos de extermínio.

⁷⁹BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998, p. 147.

⁸⁰Ibidem, p.172.

O real significado das deportações sempre foi velado pelos nazistas, que se limitavam a dar explicações rasas. Tudo o que os judeus sabiam, era que estavam sendo “realocados”. O que acontecia depois que entravam nos trens, era obscuro.

Mesmo com o total domínio dos meios de coerção – visto que suas vítimas eram completamente indefesas – os nazistas demasiadamente utilizavam da cooperação das vítimas em suas operações. Isso foi uma constante em toda a etapa do processo de extermínio.

Em vista disso, quando chegavam aos campos de concentração, as câmaras de gás eram sedutoramente apresentadas aos judeus como banheiros. Exaustos de longas horas de viagem em um trem de cargo de gado abarrotado de pessoas, os judeus eram conduzidos passivamente para a própria morte, sem objeções.

Na realidade, nada antes na história os havia preparado para a dimensão do que estavam vivenciando. O Holocausto soube explorar essa ingenuidade judaica, marcando como alvo pessoas comuns, sem força ou engajamento político, que não tinham meios e recursos para promover uma defesa à altura.

3 ASPECTOS MODERNOS QUE PERMITIRAM A EFETIVAÇÃO DO HOLOCAUSTO

Em que pese os judeus não tenham sido as únicas vítimas do regime nazista, o Holocausto entrou para a história como uma tragédia eminentemente judaica. Nas décadas seguintes a Segunda Guerra Mundial, inúmeros foram os historiadores que explicaram o genocídio como um desfecho lógico de séculos de ressentimento cultural, religioso e político, traduzidos pelo antissemitismo cristão-europeu.

De igual modo, também foi usada como explicação a crueldade de Hitler e a obsessão de seus seguidores. Ambas as interpretações não se sustentam a um exame mais acurado.

Antes mesmo da ascensão do regime de Hitler, o antissemitismo já era um fenômeno verdadeiramente ecumênico, sendo que o alemão em nada diferiu do propagado no restante da Europa. Assim sendo, reduzir o Holocausto as tendências tirânicas de Hitler ou ao antissemitismo exacerbado alemão não nos ajuda a entender a sua verdadeira dimensão.

Obviamente, como demonstrado no Capítulo 1, o antissemitismo ocupou papel primordial na sociedade nazista uma vez que a comunidade judaica foi a única marcada para receber o “tratamento especial”. No entanto, ele apenas ajudou na consecução do Holocausto na medida em que o governo nazista utilizou do antissemitismo – já presente na sociedade alemã – como forma de politicagem, para induzir sua população à apatia generalizada em relação aos judeus. Essa questão será analisada com maior profundidade futuramente.

Por ora, o que nos interessa constatar é que existem outros fatores sociais e políticos, sem os quais não seriam possíveis conceber o Holocausto. Zygmunt Bauman, em seu livro *Modernidade e Holocausto*, identifica esses fatores como ordinários, comuns e manifestadamente modernos. Dessa forma, o Holocausto não ocorreu em virtude de características únicas do regime totalitário de Hitler, mas devido a aspectos ainda presentes em nossa sociedade atual, que foram identificados e habilmente explorados para o alcance dos objetivos nazistas à época.

Justamente por isso, mostra-se imprescindível uma reflexão acerca do tema, para que sejamos capazes de reconhecer a potencialidade oculta desses fatores nas sociedades contemporâneas, bem como compreender que nossas instituições –

as mesmas que permitiram o genocídio – não são de modo algum patológicas, mas nos escapam ao controle prático.

Nesse sentido, assevera Bauman:

Só podemos suspeitar que as condições que um dia deram origem ao Holocausto não foram radicalmente transformadas. Se havia algo em nossa ordem social que tornou possível o Holocausto em 1941, não podemos ter certeza de que foi eliminado desde então. Um número cada vez maior de estudiosos renomados e respeitados nos alerta de que é melhor não sermos complacentes.⁸¹

De modo geral, os próximos tópicos demonstrarão que foi condição necessária para a realização de assassínios na proporção sucedida, um mundo racional, burocrático e moderno, empreendido pelos padrões institucionalizados de eficiência e planejamento.

3.1 O USO DO APARELHO BUROCRÁTICO

Maximilian Carl Emil Weber, foi um dos primeiros sociólogos a analisar o papel da burocracia nas sociedades modernas. Segundo ele, a lógica que imperava no setor privado de especialização do trabalho e constante busca do melhor custo-benefício – através da calculabilidade dos fatores técnicos mais importantes⁸², foi posteriormente transferida para o setor público, o que gerou um aumento da complexidade das relações sociais e uma consequente necessidade de organização societária.

A burocracia, dessa forma, veio como resposta à necessidade de organização da sociedade moderna, condicionando o comportamento dos indivíduos nela inseridos. Para Weber, um Estado Moderno eficiente tem como base um aparelho burocrático bem organizado, traduzido por sua definição das regras, unidade, subordinação rigorosa às leis e redução do atrito dos custos de material e pessoal⁸³.

⁸¹BAUMAN, 1998, p. 109.

⁸²WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2001, p. 31.

⁸³WEBER, Max. **Ensaio de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicas e Científicos Editora, 1986, p. 249.

O regime nazista soube aproveitar essa lógica burocrática para realizar suas tarefas de forma organizada e disciplinada. Todos os atos praticados eram avaliados “de acordo com o melhor conhecimento tecnológico e se o resultado alcançou a melhor relação custo-benefício”⁸⁴.

De modo geral, os assassinatos em massa cometidos pelos regimes totalitários de Hitler e Stálin somente conseguiram alcançar tamanha proporção, em um curto espaço de tempo, porque souberam utilizar do moderno aparelho burocrático para a concretização de suas ideologias.

No caso da Alemanha, em particular, seria inconcebível executar o genocídio pautado somente em atos violentos iguais o pogrom da Noite de Cristal. O Holocausto foi singular justamente porque não usou de explosões violentas e passageiras, mas sim de algo mais duradouro: uma burocracia regrada à obediência.

Dessa forma, a civilização moderna, racional e burocrática não se mostrou empecilho para os desígnios homicidas. Do contrário, ofereceu todas as ferramentas necessárias para sua efetivação.

Os dois casos mais notórios e extremos de genocídio moderno foram fiéis ao espírito da modernidade. Não se desviaram da rota principal do processo civilizador. Foram as mais consistentes e desinibidas expressões desse espírito. Tentaram alcançar os objetivos mais ambiciosos do processo civilizador, que a maioria dos outros processos apenas beirou, não necessariamente por falta de boa vontade. Mostraram o que os sonhos de racionalização, planejamento e controle e o que os esforços da moderna civilização são capazes de realizar se não forem abrandados, refreados ou neutralizados.⁸⁵

Para adentrar a uma análise mais precisa a respeito de que forma o aparelho burocrático foi utilizado na consecução do assassinato de judeus, faz-se mister recordar a visão defendida pelos funcionalistas de que o objetivo inicial de Hitler nunca foi o extermínio deste povo. Esta alternativa somente foi considerada a mais lógica e viável depois que a guerra contra a URSS se prolongou de modo inesperado, ao mesmo tempo que as soluções alternativas de imigração e deportação mostraram-se ineficazes, haja vista o aumento do número de judeus sob jurisdição alemã devido as conquistas territoriais durante a guerra.

⁸⁴BAUMAN, 1998, p. 125.

⁸⁵Ibidem, p. 116-117.

Ocorre que, a partir do momento em que foi determinado o extermínio, todo o aparelho burocrático voltou-se a consecução deste objetivo-final, ou seja, de uma Alemanha *judenrein* (livre dos judeus).

Com vistas a atingir tal objetivo, foi utilizada uma das grandes conquistas da burocracia moderna: a divisão de tarefas em funções especializadas. Em outras palavras, a divisão da ação racional em várias etapas, separadas pela hierarquia de autoridade.

3.1.1 A ausência de avaliação moral da conduta

Bauman e Hannah Arendt identificaram a primeira consequência dessa especialização: a não avaliação moral da conduta humana. Como o processo era dividido em uma longa cadeia de atos burocráticos, havia um certo isolamento destes de suas consequências longínquas.

O funcionário alemão, ao receber sua tarefa, a considerava isoladamente – como um fim em si mesmo, e não como parte de um processo. Buscava apenas cumprir suas obrigações da forma mais eficiente possível, sempre de acordo com as ordens emanadas pelo seu superior hierárquico.

Todas as demais tarefas eram desconsideradas e desprovidas de significado. Na verdade, este cenário não incentivava o executor do ato a olhar as consequências finais deste processo de ação. Tornava-se, assim, mais fácil cometer atos desumanos quando nenhum dos meios usados para atingi-lo eram submetidos à avaliação moral consciente.

Na prática, grande parte dos atos burocráticos que auxiliaram a consecução do Holocausto, foram cometidos seguramente atrás de escrivatinhas, por meio da elaboração de pareceres, estruturação de planos e participação em conferências, por exemplo. O resultado maléfico (extermínio dos judeus) desses atos, não era testemunhado pelos seus executores, até mesmo por este motivo não precisavam pensar a respeito.

Todavia, houve um momento em que não se pôde mais postergar as consequências, sendo visível o desfecho de todo o processo burocrático anterior. Momento este em que pessoas comuns se prestaram ao papel de assassinos.

Mesmo nestas condições, a burocracia nazista conseguiu fazer com que os executores dos atos não pensassem a respeito do caráter imoral de suas condutas.

Para conseguir tal feito, “foi preciso superar a piedade animal que afeta todos os homens normais na presença do sofrimento físico”⁸⁶. Essa superação se deu pelo senso de pertencimento a uma organização. As tropas SS não eram movidas por anseios pessoais, mas sim pela lealdade à organização e disciplina. De modo que colocar o bem-estar da organização frente ao pessoal era considerado uma virtude moral⁸⁷.

Guardada as devidas proporções, Weber classificou tal conduta como a honra do funcionário público:

A honra do funcionário público está investida na sua capacidade de executar de forma conscienciosa a ordem das autoridades superiores, exatamente como se a ordem expressasse sua própria convicção. Isso vale mesmo se a ordem lhe parece errada e se, a despeito de seus protestos, a autoridade a mantiver.⁸⁸

Os subordinados agiam pela convicção de que suas ações eram necessárias, uma vez que o superior – pessoa que detinha um conhecimento maior, já havia feito a ponderação acerca da validade ética da conduta que ordenou que fosse cumprida. Com isso, desincumbiam-se do ônus de avaliar moralmente a própria conduta.

O efeito disso é uma contínua transferência de responsabilidade. Os protagonistas da ação não se identificavam como responsáveis pelas consequências que ela gerava, uma vez que somente praticaram tal ato devido a uma vontade alheia do superior, e não própria do indivíduo que a executou. Assim, transferiam tal fardo a seu superior – que por sua vez, repetia a operação, legitimando um sistema que blindava a responsabilidade dos envolvidos.

Bauman discorre a respeito deste fenômeno:

Podemos supor que o efeito geral de tal contínua transferência de responsabilidade seria uma responsabilidade flutuante, situação na qual

⁸⁶ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. Trad. José Rubens Siqueira. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999, p. 122.

⁸⁷BAUMAN, 1998, p. 41.

⁸⁸WEBER, 1970 apud BAUMAN, 1998, p. 41.

cada um e todos os membros da organização estão convencidos, e assim o diriam caso indagados, de que estão sob as ordens de outra pessoa, mas as pessoas apontadas pelos outros como responsáveis passariam o bastão a uma terceira. Pode-se dizer que a organização como um todo é um instrumento para eliminar responsabilidade.⁸⁹

Ato contínuo, durante seu julgamento em Jerusalém, Adolf Eichmann – responsável pela deportação de milhões de judeus aos campos de extermínio no leste europeu – declarou que se consolava com a ideia de que não era mais o responsável pelos atos que executava.

Deveras, as funções que exercera Eichmann poderiam ter sido praticadas por qualquer pessoa, não eram guiadas por considerações pessoais, mas apenas pela obediência à autoridade. Seus atos eram de um cidadão cumpridor de ordens. Ao se sujeitar, ele cumpria seu dever.

Com efeito, a ordem de Hitler para a Solução Final foi tratada como lei. Para dar uma aparência de legitimidade “foi seguida por uma tempestade de regulamentos e diretivas, todos elaborados por advogados peritos e conselheiros legais, não por meros administradores”⁹⁰.

Dessa forma, embora as ordens desafiassem valores morais, eram legitimadas pelo sistema legal. E os nazistas levavam a sério sua legislação⁹¹. A própria lei os transformava em assassinos, pois era ela quem determinava o que era certo ou errado.

Hannah Arendt, ao cobrir o julgamento de Eichmann, constatou que a burocracia nazista distorceu o teor da fórmula kantiana do imperativo categórico⁹² para: “age como se o princípio de suas ações fosse o mesmo do legislador ou da legislação local – ou na formulação de Hans Frank para o ‘imperativo categórico do Terceiro Reich’”⁹³. Assim, de modo geral, as pessoas que ajudaram na consecução do Holocausto, agiram conforme as regras morais vigentes à época.

Herbert Kelman assevera que as inibições morais contra atos cruéis tendem a ser neutralizadas se satisfeitas duas condições: quando a violência contra a vítima é autorizada por normas; e as vítimas são desumanizadas⁹⁴.

⁸⁹WEBER, 1970 apud BAUMAN, 1998, p. 190.

⁹⁰ARENDDT, 1999, p. 167

⁹¹Ibidem, p. 175

⁹²Trata-se do agir individual que pode ser elevado a uma lei universal, é a lei máxima da moralidade.

⁹³ARENDDT, 1999, p. 153.

⁹⁴KELMAN, 1973 apud BAUMAN, 1998, p. 40-41.

Portanto, as instituições representativas do Estado legitimavam os atos cruéis, de forma que a essência do governo totalitário, e de seu poderoso aparelho burocrático, serviram para transformar homens comuns em meras engrenagens, com vistas a atingir a consecução do objetivo-final⁹⁵.

3.1.2 A produção do distanciamento das vítimas

Outra consequência do processo de divisão do trabalho é a objetificação das vítimas. Ao não considerar moralmente os atos burocráticos, os nazistas substituíram a responsabilidade moral da conduta pela responsabilidade técnica – a qual Bauman define como a eterna busca por eficiência⁹⁶.

A implicação direta dessa substituição é a desumanização da comunidade marcada para receber o “tratamento especial”. Os judeus passaram a ser vistos como um objeto burocrático, indigno de qualquer consideração moral, não somente pelos funcionários do governo, mas por parte de toda a população ariana.

Para obter êxito na exclusão dos judeus do campo de considerações morais da população em geral – e assim conseguir perpetrar um genocídio de tamanha proporção –, foi necessário produzir um distanciamento físico e mental entre a comunidade marcada para extermínio e o resto da população.

Raul Hilberg⁹⁷ discorre que o primeiro passo em direção ao isolamento das vítimas foi dado com a definição de quem seriam os vitimados. As Leis de Nuremberg – tratadas no Capítulo anterior, serviram bem a esse papel. Por meio do sistema legal foi possível identificar qual categoria de pessoas receberia o *Sonderbehandlung* (tratamento especial), ao passo que foi assegurado ao restante da população que eles não seriam atingidos pelas mesmas imposições.

De igual modo, as pujantes propagandas nazistas ajudam a disseminar a ideia de um judeu estereotipado, responsável por todas as desgraças que ocorreriam à época, aprofundando o já existente abismo entre o povo germânico e judeu. Assim, as discussões sobre a sorte dos judeus eram desestimuladas, e o que ocorria a esta população não dizia respeito à coletividade.

⁹⁵ARENDDT, 1999, p. 312-313.

⁹⁶BAUMAN, 1998, p. 188.

⁹⁷HILBERG, Raul. **The Destruction of the European Jews**. Nova York: Holmes & Meier, 1985, p. 999.

A distância física, por sua vez, foi criada pela construção dos guetos. Sem vizinhos, lá os judeus estavam verdadeiramente isolados do campo de visão dos alemães e longe de interferências externas que poderiam atrapalhar a consecução do objetivo-final.

Com efeito, afastar a comunidade marcada para extermínio do restante da população alemã facilitou o cometimento de atos cruéis por parte dos nazistas. A indiferença generalizada criada a cada etapa do processo lógico de exclusão, fez com que o grupo não atingido pelas medidas restritivas presenciasse e aceitasse passivamente todas as decisões governamentais tomadas em relação ao grupo vitimado, desde a edição de leis até a realocação em guetos distantes.

Nesse sentido, assevera Bauman:

Evidentemente, as inibições morais não atuam à distância. Estão inextricavelmente amarradas à proximidade humana. Fica, ao contrário, mais fácil cometer atos imorais com cada centímetro a mais de distância social.⁹⁸

Portanto, é certo afirmar que os passos que levaram à exclusão dos judeus foram dados abertamente, sem grandes desaprovações por parte da população alemã, de modo que em nenhum momento houve a ruptura com a ordem pública. Do contrário, agir conforme os mandamentos nazistas de exclusão social da comunidade judaica significava seguir as normas morais da sociedade à época.

3.1.3 As constatações de Milgram

Em 1974, o psicólogo Stanley Milgram publicou os resultados de um teste empírico realizado com o intuito de verificar o poder da obediência à autoridade como determinante do comportamento humano.

Os dilemas acerca do tema sobrevivem desde os tempos bíblicos com Abraão. Entretanto, nos anos de 1933 a 1945 adquiriram nova relevância, haja vista o fato de milhões de inocentes terem sido mortos por pessoas comuns que simplesmente cumpriram ordens.

⁹⁸BAUMAN, 1998, p. 221.

Câmaras de gás foram construídas, campos de extermínio eram vigiados, cotas diárias de cadáveres eram cumpridas com a mesma eficiência que se tem na fabricação de mercadorias. Essa política desumana pode ter se originado na mente de uma só pessoa, mas só poderia ter disso executada em larga escala se um grande número de pessoas obedecesse às ordens.⁹⁹

Inicialmente, a experiência foi realizada na Universidade de Yale, depois foi repetida em outras localidades como Alemanha, Itália, África do Sul e Austrália, obtendo sempre o mesmo resultado. O experimento consistia em demonstrar até que ponto pessoas comuns infligiriam dor a outra somente por causa de uma ordem que lhe foi dada por uma autoridade.

De forma sucinta, era chamado um voluntário que recebia a denominação de “professor” e acreditava estar participando de um “teste sobre os efeitos da punição no aprendizado”¹⁰⁰. Ele era colocado em uma sala, na qual continha um gerador de choques elétricos, e instruído a aplicar uma descarga de diferentes volts em outro voluntário – denominado “aluno”, que se encontrava na sala ao lado (de modo que não mantinham nenhum contato visual) – quando este respondesse erroneamente o teste.

Na realidade, o “aluno” conhecia os verdadeiros motivos da pesquisa e não levava choque algum, se limitando a expressar uma falsa insatisfação e dor pelos supostos choques que recebia. O real objeto da pesquisa era o “professor”, que ingenuamente acreditava estar aplicando choques no “aluno”.

Milgram constatou que, na medida em que os volts e a reclamação do “aluno” aumentavam de intensidade, o “professor” ficava visivelmente incomodado com a sua posição. No entanto, apenas a minoria dos voluntários se recusara a continuar o teste quando assim incentivados pelo pesquisador (figura comparada à autoridade, que permanecia na sala durante o experimento).

Surpreendentemente, a maior parte sucumbiu à ordem dada pela autoridade do pesquisador quando este assegurou que estava tudo bem continuar o teste a despeito dos protestos do “aluno”. Os voluntários que continuaram a administrar os choques assim o fizeram porque foram dominadas por um senso de obrigação para com o pesquisador. Tal senso inibiu sua desobediência, mas não revelou absolutamente nada acerca do caráter de cada indivíduo.

⁹⁹MILGRAM, Stanley. **Obediência à Autoridade**. Trad. Luiz Orlando Coutinho Lemos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, p. 19.

¹⁰⁰Ibidem, p. 21.

O experimento mostrou a facilidade com que pessoas comuns são levadas a cometer atos visivelmente cruéis, se colocadas diante das condições favoráveis. Não necessariamente os atos que um indivíduo não cometeria em condições normais, ele também não cometeria sob pressão de ordens quando o contexto o impelisse a obedecer.

[...] as pessoas comuns, simplesmente cumprindo seus deveres, e sem qualquer hostilidade especial, podem-se tornar agente de um terrível processo destrutivo. E mais ainda, mesmo quando os efeitos destrutivos do seu trabalho ficam bem claros, e pede-se a essas pessoas para realizarem coisas incompatíveis com os padrões fundamentais de moralidade, relativamente poucas pessoas têm condições de resistir à autoridade.¹⁰¹

Foi o reconhecimento da legitimidade da autoridade que levou os voluntários a continuarem aplicando os choques. No momento em que o indivíduo aceita receber ordens de um superior hierárquico, há uma transferência de responsabilidade, visto que se enxerga apenas como um instrumento para executar a vontade de outra pessoa.

Esse fenômeno pode ser traduzido pelo poder da especialização. Na burocracia nazista, indivíduos comuns se transformaram em assassinos porque foram convencidos de que os especialistas – superiores hierárquicos que detinha um conhecimento que eles não dominavam, definiram suas ações como necessárias.

Assim, a única moralidade que importava era aquela direcionada aos ideais de lealdade, disciplina e subordinação, de modo que a pessoa se sentia responsável perante a autoridade que a ordena e não pela substância das ações que lhe mandavam executar.

Obviamente, no experimento de Milgram o poder da autoridade do pesquisador era manifestadamente menor do que um superior hierárquico no regime nazista, por exemplo. Ainda mais se for ponderado que este poderia ameaçar e oferecer recompensas, ao passo que aquele não. Mas tudo isso só demonstra como é mais fácil cometer atos cruéis quando o poder da autoridade é maior.

Isto posto, as descobertas de Milgram o levaram a concordar com Hannah Arendt quando pontua que o esforço da promotoria em apresentar Adolf Eichmann como um mostro, em Jerusalém, mostraram-se equivocados. Os motivos que

¹⁰¹MILGRAM, 1983, p. 23.

levaram Eichmann a ajudar na deportação de milhões de judeus aos campos de concentração não guardavam relação com seu caráter individual. Eram frutos de uma burocracia especializada, na qual este se prestava ao papel de apenas mais um burocrata cumpridor de ordens¹⁰².

Ato contínuo, o experimento também constatou que existe uma relação entre a proximidade da vítima e a disposição para obedecer à autoridade. O posicionamento do “aluno” em outro cômodo criou um distanciamento na relação deste com o “professor”, que somente podia escutar suas reclamações, mas nunca vê-lo. Simultaneamente ao distanciamento da vítima, foi gerado uma aproximação entre os voluntários e o pesquisador – que permanecia na sala e constantemente incentivava os “professores” a continuar o teste.

Os indivíduos criavam com o pesquisador um senso de responsabilidade, compromisso e cooperação, de modo que o sujeito se impelia a continuar o teste, mesmo quando visivelmente desconfortável. O esforço mútuo compartilhado pelos cúmplices os coagia a continuar com suas ações para alcançar os objetivos pretendidos.

Milgram concluiu que a relação de proximidade gera um senso de responsabilidade, ao passo que a distância gera uma indiferença moral.

No regime nazista, a divisão funcional do trabalho foi a grande responsável pela produção do distanciamento das vítimas e aproximação entre subordinado e autoridade. Ao dividir a ação em etapas, o sujeito não visualizava o processo como um todo, ficando alienado e mais suscetível a realizar atos conforme a vontade da autoridade, que acreditava conhecer o panorama geral e, por isso, confiava plenamente em seu julgamento.

Além de permitirem a consecução do Holocausto, os fenômenos acima referidos possibilitaram também o avanço tecnológico de forma assustadoramente rápida. A partir do momento em que as vítimas são consideradas indignadas de consideração moral, não há qualquer empecilho para o progresso técnico que objetivasse seu extermínio.

Com isso, logo nos primeiros meses do genocídio, métodos mais simplistas de assassinato foram substituídos por outros menos penosos aos assassinos – como as câmaras de gás. Nelas, o funcionário alemão se limitava a “esvaziar um

¹⁰²MILGRAM, 1983, p. 23.

saco de desinfetantes químicos por uma abertura no teto de um prédio cujo interior não o estimulavam a visitar”¹⁰³. Dessa forma, o resultado da ação não era tão visível, o que facilitava, de modo considerável, ignorar o sofrimento das vítimas, bem como cumprir as ordens homicidas emanadas pela autoridade.

Milgram recebeu diversas críticas de nomeados profissionais após a publicação dos resultados de seu estudo. Suas descobertas abalaram o mundo acadêmico, pois revelaram que as conquistas da sociedade moderna civilizada não foram assim tão nobres.

O ímpeto do processo civilizador permitiu que pessoas comuns perpetrassem genocídios, sob as devidas condições. Nada mais do que ocorreu aos judeus se limitava à acontecimentos passados. Agora, estava comprovado que todos nós tendemos à obediência mais do que jamais havíamos imaginado. Depois de Milgram, ficou impossível transferir a responsabilidade somente aos nazistas.

3.2 O PLANEJAMENTO SOCIAL E O MONOPÓLIO DOS MEIOS DE VIOLÊNCIA

O Holocausto não foi um fim em si mesmo. Os nazistas não arquitetaram o genocídio pelo simples prazer de assassinar judeus – não inteiramente, pelo menos. O objetivo-final de todos os atos burocráticos tinha um propósito maior: a construção de uma sociedade racialmente pura.

As ânsias de construção de uma sociedade perfeita – ordenada segundo as vontades do soberano – nasceram na modernidade, precisamente após o homem começar a refletir acerca da ordem como modo de se atingir essa utopia.

Em outros tempos, como na medievalidade, o que imperava era a lei divina. Portanto, aceitavam-se as coisas como eram, sem nenhum questionamento; até porque tudo era fruto da vontade de Deus. Este cenário mudou quando o ser humano começou a indagar a respeito de como as coisas poderiam ser, o que gerou dúvidas na psique humana. Para tentar controlar as incertezas, foi necessária a produção de um mundo ordenado – como forma de calcular a previsibilidade dos eventos e eliminar problemas.

¹⁰³BAUMAN, 1998, p. 46.

Assim, a ordem é uma criação humana e manifestadamente política e social. É sustentada pelo planejamento e administração da sociedade, realizados pelo soberano que reivindica o direito de gerenciar a existência humana em uma determinada comunidade¹⁰⁴, tendo como base a moderna racionalidade burocrática e científica.

O Partido Nacional-Socialista levou aos extremos a crença na concepção de uma nova sociedade por meio da ordem e do planejamento social. Influenciadas pelas ideias de R.W. Darré, Erwin Bauer e Martin Stämmeler – intelectuais movidos pela missão da ciência na construção de uma sociedade sadia, e não por um sentimento antissemita – as instituições científicas se incumbiram de pesquisar a Questão Judaica, com vistas a encontrar “soluções finais científicas dos problemas sociais”¹⁰⁵.

Cita-se diversos departamentos administrativos criados para este fim: *Reichinstitut für Geschichte des neuen Deutschlands* (Instituto Imperial para a Pesquisa da Nova Alemanha), *Institut zum Studium der Judenfrage* (Instituto para Estudo da Questão Judaica), *Institut zur Erforschung des jüdischen Einflusses auf das Deutsche kirchliche Leben* (Instituto para Investigação da Influência Judaica na Vida eclesiástica alemã)¹⁰⁶.

O Estado alemão contava com um poderoso aparelho burocrático coordenado por um governo com ilimitados recursos destinados à atividade científica de planejamento da coexistência humana e de suas relações sociais.

O assassinio de judeus foi um procedimento de administração racional da sociedade. E um esforço sistemático de colocar a seu serviço a postura, a filosofia e os preceitos da ciência aplicada.¹⁰⁷

Segundo Bauman, o Holocausto foi um trabalho do Estado Jardineiro¹⁰⁸, o qual via a sociedade sob seu comando como algo a ser planejado, corrigindo os problemas fruto de políticas erradas, e eliminando a parte da população indesejada, considerada erva daninha, que causava a desordem. Esta deveria morrer por não se

¹⁰⁴BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999, p. 15.

¹⁰⁵Ibidem, p. 39.

¹⁰⁶Ibidem, p. 92.

¹⁰⁷BAUMAN, 1998, p. 95.

¹⁰⁸Ibidem, p. 116.

encaixar na nova ordem pretendida. Eliminá-la, portanto, era um ato de criação e não de destruição.

Todas as visões da sociedade como um jardim definem parte da população como ervas daninhas. Que, como quaisquer ervas daninhas, devem ser segregadas, contidas, impedidas de proliferar, removidas e mantidas fora dos limites da sociedade; se todos esses meios se revelarem insuficientes, elas devem ser mortas.¹⁰⁹

As vítimas dos regimes totalitários do século XX não foram mortas por conquistas territoriais, mas simplesmente porque não se adequavam ao quadro emoldurado pelo Estado do que deveria ser uma sociedade perfeita. Foram mortas de maneira automática, sem despertar considerações morais por parte de seus executores, uma vez que já estavam completamente objetificadas e desumanizadas.

Os genocídios perpetrados nos governos de Hitler e Stálin foram os casos mais impactantes e aterradores de engenharia social durante a modernidade. Não se caracterizaram por explosões de barbarismo, mas por um planejamento científico-político que teve respaldo nas instituições burocráticas, racionais e tecnológicas, colocadas à disposição da humanidade pelo processo civilizador.

A visão nazista de uma sociedade harmoniosa, ordeira, sem desvios extraía sua legitimidade e atração dessas visões e crenças já firmemente arraigadas na mente do público ao longo do século e meio de história pós-iluminista, repleta de propaganda cientista e exibição visual da assombrosa potência da tecnologia moderna.¹¹⁰

O Holocausto provou que os sonhos modernos de engenharia social podem desencadear em projetos homicidas. E mais, que esses projetos foram compatíveis com “tudo o que sabemos sobre nossa civilização, seu espírito condutos, suas prioridades, sua visão imanente do mundo – e dos caminhos adequados para buscar a felicidade humana e uma sociedade perfeita”¹¹¹.

O plano alemão de construção de uma sociedade em bases puramente racionais e científicas era uma extensão das ambições mundialmente disseminadas

¹⁰⁹BAUMAN, 1998, p. 116.

¹¹⁰BAUMAN, 1999, p. 38.

¹¹¹BAUMAN, op. cit., p. 27.

na mentalidade moderna¹¹². De modo que o Holocausto – na sua tentativa de atingir a utopia – deve ser visto como um subproduto e fracasso dessa mentalidade.

Destarte, torna-se imprescindível ressaltar que essa aspiração moderna de engenharia social somente teve proporções catastróficas porque foi combinada com a concentração de poder, recursos e técnicas administrativas.

Para demonstrar de que forma a concentração do poder propiciou a edificação dos planos de engenharia social na Alemanha, faz-se mister relembrar o próprio mito etiológico que legitimou o Estado Moderno.

De modo geral, as teorias contratualistas defendem que a celebração do contrato social trouxe ordem para a sociedade, por meio de instituições que cooperavam entre si na preservação da paz social. No entanto, para a manutenção dessa sociedade e inibição dos impulsos naturais, revelou-se primordial que o homem se submetesse ao poder de coerção do Estado¹¹³.

Dessa forma, ao centralizar o poder nas mãos do soberano – quem efetivamente exercia o poder de coação – a sociedade moderna superou a eterna dicotomia entre paz e guerra, ignorância e razão, uma vez que agora os seres humanos viviam em harmonia, sendo brandos e polidos uns com os outros. A violência e crueldade foram erradicadas das relações sociais.

Com efeito, Bauman assevera que as maneiras cotidianas se abrandaram justamente porque o Estado ameaçava reprimir com violência caso as pessoas fossem violentas, sendo que essa repressão não poderia ser ignorada ou vencida pelos cidadãos comuns.

Contudo, para o sociólogo, as imagens do processo civilizador como a concentração do poder de coerção pelo Estado para promoção da ordem e supressão da violência, são verdadeiras ilusões. O que de fato ocorreu nas sociedades modernas foi a redistribuição da violência – e não a sua eliminação.

Ela foi retirada dos limites da vida cotidiana dos cidadãos e transportada para territórios isolados, que não despertam interesses econômicos ou políticos ao resto da comunidade.

Durante o regime nazista, a violência contra os judeus aumentou de modo considerável após a realocação deste povo aos territórios segregados dos guetos. Uma vez isolados, a tendência moderna de subordinar as ações por termos de

¹¹²BAUMAN, 1999, p. 40-41.

¹¹³WEFFORT, Francisco C (Org.). **Os Clássicos da Política**. v. 1. São Paulo: Ática, 2010, p.61-66.

eficiência, levou a um desenvolvimento da tecnologia de extermínio. Na Alemanha de Hitler, a violência transformou-se em uma técnica.

Bauman discorre que nas sociedades contemporâneas a violência permanece sendo usada como tal, ainda mais se considerarmos que “o terrorismo e a tortura já não são instrumentos de paixões; viraram instrumentos de racionalidade política”¹¹⁴.

Em verdade, as vítimas judaicas ficaram sem proteção ou defesa frente aos agentes de coerção do Estado nazista, que detinham o monopólio da violência e aproveitavam-se deste fato para assassinar pessoas inocentes. Estes agentes abusaram de suas condições e elegeram como inimigo quem lhes convieram.

A eleição dos inimigos, segundo Zaffaroni, é fruto de uma arbitrariedade política e coloca em risco o próprio Estado de Direito¹¹⁵. Os judeus eram um grupo minoritário, desumanizados¹¹⁶, que deveriam ser eliminados por meios menos custosos e mais hábeis, uma vez que eram obstáculos à criação de uma sociedade perfeita.

Diante dessa certeza ôntica e da necessidade de eliminação para construir a nova nação, só o que restava dessas pessoas era a sua *nuda vita*, uma vida privada de todo direito, inclusive do direito a conservá-la.¹¹⁷

O jurista defende que o Estado, no exercício do poder punitivo, sempre elegeu uma categoria de pessoas como inimigos.

Verificamos que este sempre reconheceu um *hostis*, em relação ao qual operou de modo diferenciado, com tratamento discriminatório, neutralizante e eliminatório, a partir da negação da sua condição de pessoa, ou seja, considerando-o basicamente em função de sua condição de coisa ou ente perigoso.¹¹⁸

Na maior parte do tempo, não temos motivos para desconfiar que as salvaguardas modernas se voltarão contra nós. A confiança é o sentimento que

¹¹⁴KREN & RAPPOPORT, 1980 apud BAUMAN, 1998, p. 120-121.

¹¹⁵ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O Inimigo no Direito Penal**. Trad. Sérgio Lamarão. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 54.

¹¹⁶Ibidem, loc. cit.

¹¹⁷ZAFFARONI, 2007, p. 106.

¹¹⁸ZAFFARONI, 2007, p. 115.

sustenta nossa relação com o poder coercitivo do Estado. Confiamos que somos protegidos por ele e que, caso necessário, seremos defendidos.

No entanto, acontecimentos como o Holocausto põem em dúvida essa confiabilidade. “No período que levou à Solução Final, as salvaguardas mais confiáveis foram colocadas à prova. Todas falharam, cada uma delas, e todas ao mesmo tempo”¹¹⁹.

Mostraram-se ineficazes todas essas redes intrincadas de controle e equilíbrio, barreiras e obstáculos que o processo civilizador erigiu e que, como esperamos e confiamos, nos defenderiam da violência e coibiram todas as forças superambiciosas e inescrupulosas. Quando chegou a hora do assassinato em massa, as vítimas se viram sozinhas. Não apenas se haviam iludido com uma sociedade aparentemente pacífica e humana, legalista e ordeira – seu senso de segurança seria um fator poderosíssimo da sua ruína.¹²⁰

Os judeus se viram indefesos porque o poder político era quem escolhia as pessoas que seriam vitimadas e exterminadas. E durante todo o regime nazista, houve uma supremacia deste poder frente ao social e econômico.

Uma a uma, as formas de articulação das forças econômicas e sociais foram desintegradas e substituídas por novas formas centralmente supervisionadas que emanavam e eram legitimadas pelo Estado.¹²¹

Um Estado mensageiro da nova sociedade, pleno de recursos, substituiu todo o controle social e econômico pelo político e burocrata, livre de interferências, tinha plenas condições para efetuar o extermínio.

Quando o sonho modernista é abraçado por um poder absoluto capaz de monopolizar veículos modernos de ação racional, e quando esse poder alcança libertar-se do efetivo controle social, o que se segue é o genocídio. [...] o encontro causal entre uma elite de poder ideologicamente obcecada e as tremendas facilidades de ação racional e sistêmica desenvolvidas pela sociedade moderna é de ocorrência relativamente rara. Quando ocorre, no entanto, são revelados certos aspectos da modernidade que, em

¹¹⁹BAUMAN, 1998, p. 132.

¹²⁰Ibidem, p. 111.

¹²¹BAUMAN, 1998, p. 137.

circunstâncias diferentes, são menos visíveis e podem, portanto, ser facilmente descartados por teorização.¹²²

Bauman resume de forma precisa as ideias lançadas neste tópico do estudo:

O Holocausto foi produto de um choque único de fatores em si mesmo bastante comuns e ordinários; e que em grande parte se poderia culpar, pela possibilidade de tal choque, a emancipação do Estado político, com seu monopólio dos meios de violência e suas audaciosas ambições manipuladoras, face ao controle social – como resultado do desmantelamento passo a passo de todas as fontes não políticas de poder e todas as instituições de autogestão social.¹²³

Conforme explanado no Capítulo 1, para efetivar seus planos, o governo nazista precisou eliminar todas as diversidades e fontes de poder, uniformizando, com isso, a sociedade. Nas sociedades atuais não existe “poder absoluto suficientemente absoluto de um agente monopolista suficientemente monopolista”¹²⁴ que consiga anular todo o pluralismo e autonomia individual. Portanto, a probabilidade de se repetir o feito nazista é baixa.

Todavia, não podemos ser complacentes. Hoje sabemos que vivemos em uma sociedade que tornou possível o Holocausto. Analisar os fatores que levaram a sua efetivação é fundamental para averiguar a que ponto sua volta é provável ou não.

¹²²BAUMAN, 1998, p. 117.

¹²³Ibidem, p. 16.

¹²⁴Ibidem, p. 117.

4 CONCLUSÃO

O Holocausto nos ensinou que “a racionalidade do governo é sempre uma arma dos governantes”¹²⁵, na medida que foi através dela que um regime novo na modernidade aboliu todos os direitos da pessoa e transformou o Estado burocrático em um mecanismo de controle total¹²⁶.

O estudo pretendeu avaliar que a racionalidade instrumental burocrática nos capacitou a ver a sociedade como algo a ser planejado, utilizando para tal fim, um imenso aparelho burocrático coordenado por um poderoso governo com ilimitados recursos.

A própria maneira como foram executados os lúgubres planos da *Endlösung* (Solução Final) comprovam que estes não contrastaram com a lógica dos ensinamentos institucionalizados por uma sociedade capitalista burocrática.

[Auschwitz] foi também uma extensão mundana do moderno sistema fabril. Em vez de produzir bens, a matéria-prima eram seres humanos e o produto final, a morte, [...]. As chaminés, que são o próprio símbolo do moderno sistema fabril, despejam uma fumaça acre de carne humana sendo queimada. A malha ferroviária da Europa moderna, com sua brilhante organização, passou a transportar uma nova matéria-prima para as fábricas [...]. Nas câmaras de gás as vítimas inalavam gases letais desprendidos por pelotas de ácidos prússico, produzidas pela avançada indústria química da Alemanha. Engenheiros projetaram os crematórios; administradores de empresa projetaram o sistema burocrático, que funcionava com um capricho e eficiência que nações mais atrasadas invejariam.¹²⁷

Com isso, conclui-se que os fatores que permitiram a efetivação do extermínio foram comuns às sociedades modernas, e por seu caráter ordinário ainda podem estar presentes isoladamente nas sociedades atuais.

Em vista disso, alguns autores como Harry Feingold¹²⁸ e Leo Kuper defendem a ideia de que os Estados estão fora de controle quando usam da prerrogativa de soberania para cometer atos de crueldade contra a população sob

¹²⁵BAUMAN, 1998, p. 169.

¹²⁶CORDEIRO, Wellington Pereira. **A Relevância do Surgimento da ONU para as Relações Internacionais**. Disponível em: http://www.academia.edu/35420699/A_Relevância_d-o_Surgimento-o_da_ONU_para_as_Relações_Internacionais. Acesso em: 22 mar. 2018.

¹²⁷FEINGOLD, 1983 apud BAUMAN, 1998, p. 26-27.

¹²⁸Ibidem, p. 109.

seu comando¹²⁹. Nessa mesma esteira, George Krein e Leo Rapport asseveram que a condição do indivíduo moderno se equipara a de um prisioneiro em Auschwitz, tendo em vista que o Estado impõe aos seus cidadãos uma conduta conforme os padrões impostos por àqueles que detém o poder¹³⁰.

Em verdade, estes autores estão propensos ao exagero. Afirmar que os fatores responsáveis pelo Holocausto ainda podem estar presentes nas sociedades atuais não significa dizer que o Estado está fora de controle ou até mesmo que vivemos em Auschwitz¹³¹. Do contrário, proceder à análise das causas modernas do extermínio objetiva avaliar que, notoriamente, é preciso cada vez mais de esforços civilizatórios para impedir que tal catástrofe se reitere, ainda mais se for considerado que a crueldade humana permanece presente nas sociedades pós-modernas, com o crescente uso de uma tecnologia superior que utiliza da mesma razão calculista que dizimou tantas pessoas no III *Reich*¹³².

A pesquisa buscou demonstrar que depois do Holocausto ficou impossível fingir que compreendemos plenamente nossa evolução, e mais, que temos total controle de nossas instituições sociais e burocráticas. Ele nos revelou como é relativamente fácil a produção social da conduta desumana por pessoas comuns que se transformaram em colaboradores da Solução Final quando colocadas em circunstâncias anômalas, fazendo com que agissem conforme as regras sociais impostas e não segundo seu dever moral individual.

O comportamento imoral, portanto, pode ser resultado de um desarranjo das instituições do Estado que o tornam plausível. Na realidade alemã, a crueldade foi produzida socialmente pelo poder político. Elucidar tal perspectiva não quer dizer que devemos desobedecer às autoridades constituídas – uma vez que seria inconcebível uma sociedade sem nenhuma estrutura de autoridade e sem hábitos de obediência –, mas que temos a responsabilidade, como cidadãos, de colocar no poder quem sabemos que fará o uso adequado dele¹³³. Do contrário, é a humanidade que sai perdendo.

¹²⁹KUPER, 1981 apud BAUMAN, 1998, p. 109.

¹³⁰KREN & RAPPOPORT, 1980 apud BAUMAN, 1998, p. 110.

¹³¹BAUMAN, 1998, p. 110.

¹³²WEIZENBAUM, 1976 apud BAUMAN, 1998, p. 140.

¹³³MILGRAM, Stanley. **Os perigos da obediência**. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/832874/mod_resource/content/1/Os%20perigos%20da%20obediencia.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

Contudo, generalizar o comportamento imoral seria ignorar uma das lições mais valiosas do Holocausto: “o mal não é todo-poderoso. Pode-se resistir a ele”¹³⁴. O genocídio nos mostrou que houveram pessoas que foram capazes de colocar o dever moral frente à racionalidade burocrática. Embora tenham sido a minoria, elas existiram. Foram seres humanos arrogantes o suficiente para confiar apenas no seu próprio julgamento¹³⁵, ignorando as ordens desvairadas de um sistema corrompido. É exatamente essa atitude que se cobra da humanidade.

Politicamente falando, a lição é que em condições de terror, a maioria das pessoas se conformará, mas algumas pessoas não, da mesma forma que a lição dos países aos quais a Solução Final foi proposta é que ela “poderia acontecer” na maioria dos lugares, mas não aconteceu em todos os lugares. Humanamente falando, não é preciso nada mais, e nada mais pode ser pedido dentro dos limites do razoável, para que este planeta continue sendo um lugar próprio para a vida humana.¹³⁶

Por fim, mostra-se relevante elucidar a importância do pluralismo nas sociedades democráticas atuais. Zygmunt Bauman aponta o colapso da democracia como a causa originária do Holocausto, tendo em vista que “os controles e contrapesos capazes de manter o corpo político longe dos extremismos só podem ser fornecidos pela democracia política”¹³⁷.

Na Alemanha nazista, a uniformização da sociedade impediu aos poderes sociais a realização de articulações políticas, até mesmo porque o governo exercia diretamente a administração do Estado, de modo que mesmo resguardados por uma Constituição garantista¹³⁸, a população não estava representada, haja vista as proteções nela inseridas se destinarem somente à população ariana. O direito funcionava necessariamente como um instrumento de dominação da sociedade, com vistas a burocratizar a supressão dos inimigos judeus¹³⁹.

Atualmente, o Estado não exerce esse controle totalitário sob todos os campos da vida social, o que permitiu a formação de uma sociedade pluralista, na

¹³⁴BAUMAN, 1998, p. 236.

¹³⁵ARENDRT, 1999 apud BAUMAN, 1998, p. 206.

¹³⁶ARENDRT, 1999, p. 254.

¹³⁷BAUMAN, 1998, p. 136.

¹³⁸A Constituição de Weimar de 1919, que traz inúmeras finalidades a serem alcançadas pelo Estado, vigorou durante todo o regime nazista.

¹³⁹MAGALHÃES, Thayana Calmon Leitão. Inimigo e Direito Penal. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2577, 22 jul. 2010.

qual há espaços para divergências. A importância da discordância política e social consiste no fato de que neste cenário é mais provável que as pessoas saibam reconhecer o certo e o errado, e sujeitem suas ações a avaliações morais. Assim, o pluralismo apresenta-se como o melhor remédio preventivo contra a arbitrariedade do Estado.

Qualquer empobrecimento da capacidade do povo de formular seus interesses e se autogovernar, qualquer assalto à diversidade social e cultural e às suas possibilidades de expressão, qualquer tentativa de cercear a liberdade plural do Estado com uma muralha de segredos políticos, cada passo no sentido do enfraquecimento das bases sociais da democracia política torna um pouquinho mais possível um desastre social na escala do Holocausto.¹⁴⁰

Esse estudo, enfim, não pretendeu sanar todas as discussões relativas as ideias aqui ostentadas, mas visou esclarecer que as sociedades atuais não devem ser complacentes a ponto de menosprezar a possibilidade de reiteração de genocídios do tipo Holocausto, visto que os fatores que permitiram sua efetivação não são, de modo algum, extraordinários. Vale lembrar que na década de 40, a população alemã não estava preparada para o fenômeno que acontecia diante dos seus olhos. Atualmente, no entanto, temos pleno conhecimento de que vivemos em uma sociedade que possibilitou tal catástrofe.

¹⁴⁰BAUMAN, 1998, p. 140.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal.** Trad. José Rubens Siqueira. 11 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

_____. **Origens do totalitarismo.** Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Holocausto.** Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

_____. **Modernidade e Ambivalência.** Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

CORDEIRO, Wellington Pereira. **A Relevância do Surgimento da ONU para as Relações Internacionais.** Disponível em: http://www.academia.edu/35420699/A_Relevância_d-o_Surgiment-o_da_ONU_par-a_as_Relaçõe-s_I-nternacionais. Acesso em: 22 mar. 2018.

DIEHL, Paula. **Propaganda e Persuasão na Alemanha Nazista.** São Paulo: Annablume, 1996.

FRIEDRICH, Carl J.; BRZEZINSKI, Zbigniew K. **Totalitarismo e autocracia.** 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. GRD, 1965.

HERF, Jeffrey. **Inimigo Judeu: propaganda nazista durante a Segunda Guerra Mundial e o Holocausto.** Trad. Walter Solon. São Paulo: EDIPRO, 2014.

HILBERG, Raul. **The Destruction of the European Jews.** Nova York: Holmes & Meier, 1985.

LENHARO, Alcir. **Nazismo: o triunfo da vontade.** 7. ed. São Paulo: Ática, 1986.

MAGALHÃES, Thayana Calmon Leitão. Inimigo e Direito Penal. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2577, 22 jul. 2010.

MAZOWER, Mark. **O Império de Hitler: a Europa sob o domínio nazista.** Trad. Claudio Carina e Lucia Boldrini. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

MILGRAM, Stanley. **Obediência à Autoridade.** Trad. Luiz Orlando Coutinho Lemos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983.

_____. **Os perigos da obediência.** Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/plug-infi-le.php/832874/mod_resource/content/1/O-s-%20perigos%20da-%20obediencia.pdf. Acesso em: 10 mar. 2018.

STACKELBERG, Roderick. **A Alemanha de Hitler: origens, interpretações e legados.** Trad. A. B. Pinheiro de Lemos. Rio de Janeiro: Imago, 2002.

WEBER, Max. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** 4. ed. São Paulo: Martin Claret, 2001.

_____. **Ensaio de Sociologia**. Trad. Waltensir Dutra. 6. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicas e Científicas Editora, 1986.

WEFFORT, Francisco C (Org.). **Os Clássicos da Política**. v. 1. São Paulo: Ática, 2010.

YOSHIDA, Ernesto; EGGERS, Moraes. **Coleção 70º aniversário da 2ª Guerra Mundial: Hitler desafia a ordem mundial**. v. 1. São Paulo: Abril, 2009.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **O Inimigo no Direito Penal**. Trad. Sérgio Lamarão. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

BIBLIOGRAFIA

ALI, Haggag. **Mapping the secular mind: modernity's quest for a godless utopia**. International Institute of Islamic Thought, 2013.

FRANK, Otto H.; PRESSLER, Mirjam. **O Diário de Anne Frank**. Trad. Alves Calado. 8. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2009.

GILBERT, Martin. **Holocausto: história dos judeus da Europa na Segunda Guerra Mundial**. Trad. Samuel Feldberg e Nancy Rozenchan. São Paulo: Hucitec, 2010.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. Processo Penal, Estado de Exceção e o Volksgerichtshof: o Tribunal do Povo na Alemanha Nazista. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**: RBCCrim, São Paulo, v. 25, n. 127, p. 201-223, jan. 2017.

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. **Os Carrascos Voluntários de Hitler: o povo alemão e o holocausto**. Trad. Luís Sérgio Roizman. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LILLA, Mark. **A Mente Imprudente: os intelectuais na atividade política**. Rio de Janeiro: Record, 2017.

NUNES, Leandro Gornicki. O Estado Penal no Brasil Neoliberal: reproduzindo o Holocausto. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**: RBCCrim, São Paulo, vol. 91, n. 91, p. 201 – 226, jul-ago.2011.

O EXPERIEMENTO DE MILGRAM. Direção: Michael Almereyda. Roteirista: Michael Almereyda. Intérpretes: Peter Sarsgaard, Winona Ryder, Jim Gaffigan, Kellan Lutz, Taryn Manning, John Leguizamo, Dennis Haysbert, Anton Yelchin, Anthony Edwards, Lori Singer. Nova Iorque, EUA. Bleiberg Entertainment, 2015.

PEREIRA, Nilton Mullet; GITZ, Ilton. **Ensinando sobre o Holocausto na escola**. Porto Alegre: Penso, 2014.

SCHLOSS, Eva. **Depois de Auschwitz**. São Paulo: Universo dos Livros, 2014.

THE EICHMANN SHOW. Direção: Paul Andrew Williams, Martin Freeman, Anthony LaPaglia, Rebecca Front, Andy Nyman, Nicholas Woodeson, Ben Addis, Caroline Bartleet, Ed Birch, Dylan Edwards, Nathaniel Glead, Ben Lloyd-Hughes, Vaidotas Martinaitis, Zora Bishop. Reino Unido. BBC-TV, 2015.

WEBER, Marx. **Escritos Políticos**. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. São Paulo: Martins Fontes, 2014.